



APOSTILA DE ATUALIDADES

Julho|2026

SUMÁRIO

TEMAS MULTILATERAIS.....	2
Segurança.....	2
Meio Ambiente e Energia.....	5
Direitos humanos, Saúde e afins	12
ECONOMIA.....	18
INICIATIVAS DE INTEGRAÇÃO	Erro! Indicador não definido.
RELAÇÕES BILATERAIS.....	31
EUA	31
Países da América Central e da América do Sul.....	37
Países africanos.....	42
Países asiáticos.....	46
Países europeus e união europeia	50
Países do Oriente Médio.....	54

TEMAS MULTILATERAIS

SEGURANÇA

1 jul

EUA aplicam primeiras sanções a brasileiros após classificar PCC e CV como organizações terroristas. O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos anunciou sanções contra dois brasileiros e empresas associadas por suposta participação em uma rede de lavagem de dinheiro vinculada ao Primeiro Comando da Capital (PCC). Segundo as autoridades norte-americanas, o esquema teria movimentado mais de US\$ 30 milhões provenientes do tráfico internacional de drogas, inclusive mediante criptomoedas. Foi a primeira aplicação concreta de sanções contra brasileiros depois de Washington classificar PCC e Comando Vermelho como organizações terroristas estrangeiras. O governo brasileiro ressaltou posteriormente que medidas norte-americanas não produzem automaticamente efeitos extraterritoriais e que a cooperação contra o crime organizado deve respeitar a soberania dos Estados. **Relevância para o CACD:** notícia especialmente importante para estudar crime organizado transnacional, terrorismo, sanções financeiras, extraterritorialidade, soberania e cooperação jurídica internacional. Também permite discutir a crescente utilização de instrumentos financeiros e tecnológicos — inclusive criptomoedas — no combate às organizações criminosas, bem como as diferenças entre as concepções brasileira e norte-americana acerca da qualificação jurídica de facções criminosas.

7 – 8 jul

Cúpula da OTAN em Ancara reafirma defesa coletiva em meio a tensões transatlânticas. Os líderes da OTAN reuniram-se em Ancara em um contexto marcado pela guerra na Ucrânia, pela escalada entre Estados Unidos e Irã e por divergências entre Washington e aliados europeus. Apesar das tensões, os membros reafirmaram a importância da defesa coletiva e do artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte. A reunião também evidenciou a pressão norte-americana para que os aliados europeus elevem seus gastos militares e fortaleçam suas indústrias de defesa. Foram anunciados contratos de defesa de dezenas de bilhões de dólares, enquanto a aliança manteve apoio político e militar à Ucrânia. **Relevância para o CACD:** tema central para **segurança coletiva, OTAN, artigo 5º, guerra Rússia–Ucrânia, repartição de encargos entre EUA e Europa e indústria de defesa.** A reunião também permite analisar a evolução da relação transatlântica e o debate sobre maior autonomia ou responsabilidade estratégica europeia diante de uma possível redução do protagonismo militar norte-americano no continente.

8 jul

EUA negam avaliação do Itamaraty sobre risco de ação militar contra o Brasil. O Departamento de Estado dos Estados Unidos classificou como “absurda” a avaliação do Itamaraty de que a designação do PCC e do Comando Vermelho como organizações terroristas poderia, em determinadas circunstâncias, abrir espaço para ações militares norte-americanas em território brasileiro.

	Washington afirmou que não havia intenção de realizar intervenção militar no Brasil e sustentou que suas medidas contra as organizações brasileiras estavam sendo adotadas no exercício de suas próprias competências soberanas. O chanceler Mauro Vieira havia alertado que a classificação poderia produzir consequências tanto econômicas quanto relacionadas à soberania brasileira e à própria cooperação bilateral contra o crime organizado. Relevância para o CACD: excelente caso para revisar soberania, princípio da não intervenção, terrorismo, criminalidade transnacional, uso extraterritorial de instrumentos de segurança nacional e relações Brasil-EUA. A controvérsia mostra como uma decisão interna de um Estado pode gerar consequências diplomáticas internacionais quando envolve atores e atividades situados em outros territórios.
12 – 14 jul	<i>Conflito EUA-Irã volta a escalar e coloca o Estreito de Ormuz no centro da segurança internacional.</i> Estados Unidos e Irã retomaram ataques militares em julho, colocando em risco o acordo provisório alcançado no mês anterior. Teerã anunciou novamente o fechamento do Estreito de Ormuz e lançou ataques contra interesses norte-americanos e instalações na região do Golfo. Em resposta, os EUA realizaram novas ondas de ataques contra alvos iranianos e anunciaram um bloqueio marítimo dos portos e terminais petrolíferos do país. Dois petroleiros dos Emirados Árabes Unidos foram atingidos por mísseis iranianos no estreito, e o tráfego de navios-tanque caiu para o menor nível em aproximadamente dois meses. Relevância para o CACD: uma das notícias de segurança mais importantes do mês. Permite conectar Oriente Médio, segurança marítima, liberdade de navegação, bloqueios navais, segurança energética e geopolítica do petróleo. O Estreito de Ormuz é um chokepoint estratégico do sistema internacional; conflitos na área ultrapassam imediatamente o plano regional porque afetam fluxos energéticos, preços internacionais e cadeias globais de abastecimento.
16 – 17 jul	<i>Brasil e outros 28 países criam órgão global de governança da Inteligência Artificial na China.</i> Vinte e nove países, entre eles Brasil, Rússia, Belarus, Venezuela e diversos Estados asiáticos e africanos, assinaram em Xangai o acordo para criação da Organização Mundial para Cooperação em Inteligência Artificial. A nova organização intergovernamental, cuja sede ficará em Xangai, pretende promover cooperação internacional e estabelecer mecanismos de governança global da IA. A iniciativa havia sido proposta pela China em 2025 e passa a constituir novo polo institucional no debate sobre padrões internacionais para inteligência artificial. Relevância para o CACD: muito relevante para governança tecnológica, segurança cibernética, inteligência artificial, competição China-EUA e governança global. O tema evidencia a transformação da tecnologia em dimensão estratégica do poder internacional. A participação brasileira também merece atenção por aproximar o país de iniciativas lideradas pela China no campo regulatório e tecnológico,

ao mesmo tempo em que o Brasil procura defender maior representação dos países em desenvolvimento nos regimes internacionais emergentes.

23 jul

Governo brasileiro reage a novas tarifas dos EUA e anuncia instrumentos de reciprocidade. O governo brasileiro divulgou nota criticando a decisão dos Estados Unidos de impor tarifa adicional de **12,5%** a produtos brasileiros sob a alegação de insuficiência no combate a produtos associados ao trabalho forçado. Brasília afirmou que Washington estaria utilizando de maneira politizada um tema ligado a direitos trabalhistas para justificar medidas comerciais e anunciou que poderia recorrer tanto à **Lei da Reciprocidade Econômica** quanto à Organização Mundial do Comércio. A nova tarifa somou-se à sobretaxa de 25% já incidente sobre parte das exportações brasileiras, podendo elevar a tributação de determinados produtos a 37,5%. **Relevância para o CACD:** embora seja predominantemente uma notícia de **economia e relações Brasil-EUA**, cabe também no eixo de segurança pelo conceito de **segurança econômica**. O episódio permite discutir coerção econômica, unilateralismo, retaliação comercial, vulnerabilidade de cadeias produtivas e diversificação de parceiros. Para o CACD, é especialmente útil relacioná-lo à defesa brasileira do multilateralismo comercial e ao recurso preferencial a mecanismos institucionais antes de medidas retaliatórias.

26 jul

EUA e Ucrânia discutem proposta de cessar-fogo aéreo com a Rússia. Autoridades norte-americanas e ucranianas discutiram a possibilidade de propor à Rússia um cessar-fogo específico para ataques aéreos, numa tentativa de reativar negociações destinadas a encerrar a guerra iniciada com a invasão russa de 2022. Segundo fonte ucraniana ouvida pela Reuters, Kiev já havia apresentado anteriormente propostas de cessar-fogo, rejeitadas por Moscou. A intensificação de ataques ucranianos com drones e mísseis contra infraestrutura russa foi apontada como um possível fator de pressão para novas negociações. O Kremlin afirmou ser prematuro comentar a proposta. **Relevância para o CACD:** importante para acompanhar a evolução da **guerra Rússia-Ucrânia, mediação internacional, cessar-fogo, segurança europeia e papel dos Estados Unidos**. A proposta de suspensão limitada de ataques mostra como negociações de paz podem ocorrer de maneira incremental, começando por medidas específicas de redução de hostilidades antes de um acordo político abrangente.

29 jul

Especialistas da ONU apontam transporte de armas e mercenários para as Forças de Apoio Rápido no Sudão. Especialistas das Nações Unidas concluíram, em relatório preliminar obtido pela Reuters, que aeronaves Boeing 727 anteriormente investigadas pela agência transportaram combatentes, mercenários, drones e armamentos para as **Forças de Apoio Rápido (RSF)** no Sudão. O grupo paramilitar enfrenta as Forças Armadas sudanesas desde 2023 e é acusado por investigadores internacionais de graves violações em Darfur. As conclusões reforçaram preocupações sobre redes internacionais de

apoio militar que alimentam a guerra civil sudanesa. **Relevância para o CACD:** excelente tema para conectar **conflitos africanos, mercenarismo, tráfico internacional de armas, sanções, responsabilidade internacional e proteção de civis**. Também evidencia a internacionalização de guerras civis contemporâneas, nas quais fluxos privados e transnacionais de armas, aeronaves, drones e combatentes dificultam esforços multilaterais de pacificação.

MEIO AMBIENTE E ENERGIA

3 jul

OMM alerta para rápida intensificação do El Niño e aumento de eventos climáticos extremos. A **Organização Meteorológica Mundial (OMM)** informou que as condições características do fenômeno **El Niño** já estavam plenamente estabelecidas no Oceano Pacífico tropical e que sua intensidade deveria aumentar rapidamente entre os meses de julho e setembro de 2026. Segundo os modelos climáticos apresentados pela organização, diversas áreas do Pacífico registravam **anomalias da temperatura da superfície do mar superiores a 2°C**, configurando um episódio de forte intensidade. A previsão indicava que o fenômeno alcançaria seu pico entre **novembro de 2026 e fevereiro de 2027**, elevando significativamente a probabilidade de ocorrência de **ondas de calor, secas prolongadas, chuvas intensas e outros eventos climáticos extremos** em diferentes regiões do mundo. O alerta reforçou a necessidade de preparação por parte dos governos para mitigar impactos sobre a agricultura, os recursos hídricos, a geração de energia, a saúde pública e a gestão de desastres naturais. **Relevância para o CACD:** A notícia é particularmente relevante por permitir integrar conteúdos de **Geografia, Política Internacional, Meio Ambiente e Economia**, evidenciando a crescente dimensão estratégica dos fenômenos climáticos globais. O **El Niño** exerce influência significativa sobre os padrões atmosféricos em escala planetária, produzindo impactos distintos conforme a região afetada. No caso brasileiro, o fenômeno costuma estar associado ao aumento das chuvas na Região Sul, à redução das precipitações em áreas da Amazônia e do Nordeste e ao agravamento do risco de secas, queimadas e incêndios florestais. Esses efeitos repercutem diretamente sobre a **produção agrícola, a segurança alimentar, a disponibilidade de recursos hídricos, a geração de energia hidrelétrica e a estabilidade econômica**, além de ampliarem a vulnerabilidade de populações expostas a eventos extremos. Para o CACD, a notícia também oferece excelente oportunidade para revisar temas como **mudanças climáticas, adaptação climática, sistemas de alerta precoce, gestão de riscos e desastres, resiliência da infraestrutura e segurança climática**, bem como compreender a crescente incorporação dessas questões às agendas de governança internacional e de desenvolvimento sustentável.

7 jul

Brasil inicia regulamentação das transferências internacionais de resultados de mitigação previstas no Acordo de Paris. O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima abriu consulta pública sobre uma proposta de resolução destinada a regulamentar, no âmbito nacional, a participação brasileira nos mecanismos de cooperação internacional previstos no **artigo 6.2 do Acordo de Paris**. A proposta estabelece as diretrizes para operacionalização dos **Resultados de Mitigação Transferidos Internacionalmente (Internationally Transferred Mitigation Outcomes – ITMOs)**, instrumentos que permitem a transferência de reduções ou remoções de emissões de gases de efeito estufa entre países para o cumprimento de suas respectivas **Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)**. O texto também prevê critérios de governança, transparência e monitoramento, além da aplicação dos chamados **ajustes correspondentes (corresponding adjustments)**, mecanismo destinado a evitar a dupla contagem de reduções de emissões entre o país que transfere e o que utiliza os créditos climáticos. A iniciativa representa um passo importante para a consolidação do marco regulatório brasileiro voltado à cooperação internacional em mercados de carbono. **Relevância para o CACD:** Trata-se de uma das notícias mais relevantes do mês por representar um avanço concreto na implementação da **governança climática multilateral** e na adaptação da legislação brasileira aos instrumentos previstos no **Acordo de Paris**. O tema permite revisar conteúdos fundamentais da disciplina de Política Internacional, como a **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)**, o **Acordo de Paris**, as **NDCs**, os mecanismos de cooperação do **artigo 6**, os **mercados internacionais de carbono** e o conceito de **ajustes correspondentes**, essencial para assegurar a integridade ambiental das transações internacionais de créditos de carbono. A notícia também evidencia a crescente articulação entre política ambiental e política externa, uma vez que a regulamentação dos ITMOs pode ampliar a inserção do Brasil no mercado internacional de carbono, atrair investimentos para projetos de mitigação, fortalecer sua posição nas negociações climáticas e consolidar o país como potencial fornecedor de reduções de emissões em um contexto de expansão da economia de baixo carbono. Além disso, permite discutir os desafios de compatibilizar desenvolvimento econômico, preservação ambiental e credibilidade internacional na implementação dos compromissos climáticos brasileiros.

10 jul

Alertas de desmatamento na Amazônia caem 35% em junho e atingem menor área para o mês em duas décadas. Dados divulgados pelo **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)** indicaram que os alertas de desmatamento na Amazônia Legal totalizaram **297,26 km² em junho de 2026**, frente aos **457,61 km² registrados no mesmo mês de 2025**, representando uma redução de aproximadamente **35%**. Segundo o instituto, trata-se da menor área sob alerta para o mês de junho em cerca de vinte anos. No acumulado do período de **agosto de 2025 a junho de 2026**,

os alertas somaram aproximadamente **2.486 km²**, sinalizando a continuidade da tendência de redução observada nos últimos anos. Os dados são produzidos pelo sistema **DETER**, utilizado para monitoramento quase em tempo real e para subsidiar ações de fiscalização e combate ao desmatamento pelos órgãos ambientais. **Relevância para o CACD:** A notícia é fundamental para acompanhar a **política ambiental brasileira** e a crescente centralidade da **Amazônia na agenda internacional**. Para o CACD, é essencial distinguir as funções dos dois principais sistemas de monitoramento do INPE: o **DETER (Detecção de Desmatamento em Tempo Real)**, voltado ao monitoramento contínuo e ao apoio às ações de fiscalização, e o **PRODES (Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite)**, responsável pelo cálculo anual da taxa oficial de desmatamento utilizada pelo governo brasileiro e por organismos internacionais. A redução do desmatamento possui impacto direto sobre as emissões brasileiras de gases de efeito estufa, uma vez que a mudança do uso da terra continua sendo a principal fonte de emissões do país. Assim, o desempenho nessa área influencia o cumprimento das **Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)** do Brasil no âmbito do **Acordo de Paris**, fortalece a credibilidade da política ambiental brasileira nas negociações climáticas e repercute sobre temas como financiamento climático, conservação da biodiversidade, cooperação internacional, comércio internacional e diplomacia ambiental. Além disso, o tema permite discutir os desafios de conciliar proteção da floresta, desenvolvimento sustentável, fiscalização ambiental e combate às atividades ilegais na Amazônia.

14 jul

ONU realiza primeira reunião de alto nível sobre minerais críticos para a transição energética. A Organização das Nações Unidas realizou, em Nova York, sua **primeira reunião de alto nível dedicada exclusivamente aos minerais críticos para a transição energética**, reunindo representantes de governos, organizações internacionais, empresas, instituições financeiras, sociedade civil e povos indígenas. O encontro teve como objetivo discutir os desafios associados à crescente demanda mundial por minerais estratégicos essenciais à economia de baixo carbono, abordando temas como **segurança das cadeias globais de suprimentos, transparência e rastreabilidade da produção, agregação de valor nos países produtores, financiamento sustentável, reciclagem de minerais e redução dos impactos ambientais e sociais da atividade mineradora**. Entre os recursos considerados prioritários para a transição energética destacaram-se **cobre, lítio, cobalto, níquel, grafite e terras raras**, fundamentais para a fabricação de baterias, veículos elétricos, painéis solares, turbinas eólicas, semicondutores e outras tecnologias de ponta. **Relevância para o CACD:** Trata-se de uma das notícias mais relevantes do mês, pois evidencia que os **minerais críticos passaram a ocupar posição central na agenda internacional**, situando-se na interseção entre **meio ambiente, energia, economia, desenvolvimento sustentável e**

segurança internacional. A crescente demanda por esses recursos vem intensificando a competição geoeconômica entre grandes potências e reforçando a importância da diversificação das cadeias globais de suprimentos, atualmente bastante concentradas em poucos países, especialmente na etapa de processamento e refino. Para o CACD, a notícia permite discutir temas como **transição energética, segurança dos recursos estratégicos, política industrial, dependência de commodities, agregação de valor nos países em desenvolvimento, papel da China nas cadeias minerais, governança internacional dos recursos naturais e justiça ambiental.** Também favorece reflexões sobre o desafio de conciliar a expansão da mineração necessária à descarbonização da economia com a proteção ambiental, os direitos das comunidades locais e dos povos indígenas e a promoção de um desenvolvimento sustentável e socialmente inclusivo.

17 jul

Brasil alerta para intensificação do El Niño e maior risco de incêndios na Amazônia e no Cerrado. Reunião técnica envolvendo órgãos do governo federal atualizou as projeções climáticas para o segundo semestre de 2026 e indicou a intensificação do fenômeno **El Niño** até o mês de dezembro. As previsões apontaram aumento do risco de incêndios florestais entre agosto e outubro, especialmente na **Amazônia, no Cerrado e em áreas do Centro-Oeste**, em razão da redução das chuvas e da maior ocorrência de temperaturas elevadas nessas regiões. Em contrapartida, os modelos climáticos indicaram maior probabilidade de precipitações intensas na Região Sul, elevando o risco de enchentes, deslizamentos e outros eventos hidrológicos extremos. Diante desse cenário, os órgãos responsáveis intensificaram o monitoramento das condições meteorológicas e reforçaram ações preventivas voltadas à gestão de riscos, à proteção dos biomas e à preparação dos sistemas de resposta a desastres. **Relevância para o CACD:** A notícia é particularmente relevante por articular temas centrais da agenda contemporânea, como **mudanças climáticas, biomas brasileiros, queimadas, recursos hídricos, defesa civil e adaptação climática.** O episódio demonstra como fenômenos climáticos globais podem produzir impactos territoriais distintos dentro de um mesmo país, exigindo respostas diferenciadas de planejamento e gestão pública. Para o CACD, o tema permite revisar conceitos relacionados à influência do **El Niño** sobre o regime de chuvas no Brasil, aos efeitos das alterações climáticas sobre a agricultura, a disponibilidade hídrica e a geração de energia hidrelétrica, bem como às políticas de prevenção de incêndios florestais e combate ao desmatamento. Também favorece discussões sobre **segurança climática**, adaptação às mudanças do clima, resiliência da infraestrutura e a crescente integração entre políticas ambientais, energéticas e de desenvolvimento sustentável na formulação da política pública e da atuação internacional brasileira.

23 jul

Estudo destaca importância da Amazônia Legal para os minerais críticos brasileiros. A Agência Nacional de Mineração (ANM) divulgou o estudo ***Amazônia Legal: Minerais Críticos e Estratégicos – Diagnóstico Setorial***, que apresenta um panorama da produção mineral da região e seu papel na transição energética global. Segundo o levantamento, a Amazônia Legal responde por aproximadamente metade do valor gerado pelos minerais estratégicos produzidos no Brasil, destacando-se atualmente a exploração de **ferro, bauxita, cobre e ouro**. O estudo também evidencia o elevado potencial geológico da região para minerais considerados essenciais às novas cadeias tecnológicas e energéticas, como **cobalto, terras raras, lítio e outros minerais críticos**, cuja exploração ainda permanece relativamente limitada. A publicação reforça a crescente importância da Amazônia não apenas como patrimônio ambiental, mas também como espaço estratégico para o abastecimento de insumos fundamentais à economia de baixo carbono. **Relevância para o CACD:** A notícia é especialmente relevante por integrar temas centrais de **Geografia, Política Internacional, Economia e Meio Ambiente**. Ela permite discutir a **geografia econômica da Amazônia**, a distribuição espacial dos recursos minerais brasileiros e a crescente demanda internacional por minerais críticos impulsionada pela transição energética e pela expansão das indústrias de alta tecnologia. O tema também evidencia um dos principais desafios da inserção internacional brasileira: conciliar o aproveitamento de suas vantagens geológicas com a preservação ambiental e com um modelo de desenvolvimento capaz de promover **agregação de valor, industrialização verde e inovação tecnológica**, evitando a dependência da exportação de matérias-primas de baixo valor agregado. Além disso, oferece excelente oportunidade para abordar questões relacionadas à **soberania sobre os recursos naturais, segurança das cadeias globais de suprimentos, desenvolvimento regional, licenciamento ambiental, direitos das populações indígenas e tradicionais e impactos socioambientais da mineração**, assuntos que ocupam posição cada vez mais relevante nas discussões internacionais sobre desenvolvimento sustentável e governança dos recursos estratégicos.

27 jul

Lula e presidente da Coreia do Sul anunciam acordo sobre minerais críticos. Durante a visita oficial do presidente sul-coreano **Lee Jae Myung** a Brasília, Brasil e Coreia do Sul anunciaram o fortalecimento da cooperação bilateral ao longo da cadeia de suprimentos de **minerais críticos**, insumos considerados essenciais para a transição energética e para a produção de tecnologias de alto valor agregado, como baterias, veículos elétricos, semicondutores e equipamentos para geração de energia renovável. Segundo Lee, a parceria abrangerá todo o ciclo de vida desses minerais, desde a exploração e o processamento até o desenvolvimento tecnológico e a utilização industrial. A agenda bilateral também contemplou iniciativas para ampliar o comércio e os investimentos entre os dois países, além de reforçar o apoio ao

avanço das negociações entre a Coreia do Sul e o Mercosul para um acordo comercial. **Relevância para o CACD:** Trata-se de uma das notícias mais relevantes do mês por reunir três temas centrais da agenda internacional contemporânea: **mineração estratégica, transição energética e cadeias globais de suprimentos**. O Brasil possui importantes reservas de minerais críticos — como lítio, grafita, níquel, terras raras e nióbio —, enquanto a Coreia do Sul figura entre as principais economias industriais e tecnológicas do mundo, altamente dependente da importação desses insumos para sustentar suas cadeias produtivas. A parceria ilustra como a transição energética vem transformando recursos minerais em ativos estratégicos da **geoeconomia** e da **diplomacia econômica**, ampliando a competição internacional pelo acesso a matérias-primas essenciais. Para o CACD, a notícia permite discutir temas como segurança das cadeias globais de suprimentos, política industrial, agregação de valor aos recursos naturais, cooperação tecnológica, relações **Brasil-Ásia**, acordos comerciais envolvendo o Mercosul e o desafio brasileiro de converter sua riqueza mineral em desenvolvimento industrial e inovação, evitando permanecer restrito ao papel de exportador de commodities minerais.

27 jul

Brasil e Coreia do Sul assinam memorando de cooperação em energia e transição energética. Durante a visita oficial do presidente sul-coreano ao Brasil, os governos dos dois países assinaram um **Memorando de Entendimento sobre Cooperação Energética**, com vigência inicial de cinco anos. O acordo estabelece um marco para ampliar a cooperação bilateral em áreas estratégicas, como **energias renováveis, eficiência energética, transmissão e distribuição de eletricidade, redes inteligentes (*smart grids*), pesquisa e desenvolvimento tecnológico**, além de prever intercâmbio de especialistas, realização de projetos-piloto e fortalecimento da cooperação entre empresas, instituições de pesquisa e órgãos governamentais. A iniciativa busca promover a troca de conhecimentos e tecnologias voltadas à modernização do setor energético e ao avanço da transição para fontes de energia mais limpas e sustentáveis. **Relevância para o CACD:** A notícia complementa o acordo firmado entre Brasil e Coreia do Sul na área de **minerais críticos**, evidenciando que a **transição energética tornou-se um eixo estratégico da diplomacia bilateral brasileira**. O tema permite revisar conteúdos relacionados à diversificação da matriz energética, inovação tecnológica, eficiência energética, redes inteligentes (*smart grids*), segurança energética e cooperação internacional em ciência e tecnologia. Também é um excelente exemplo de como a agenda ambiental e energética passou a integrar a política externa contemporânea, aproximando questões econômicas, tecnológicas e geopolíticas. Para o CACD, a notícia reforça a importância das relações **Brasil-Ásia** no contexto da transição energética global e ilustra como a cooperação internacional vem sendo utilizada para fortalecer cadeias produtivas, promover inovação e ampliar a competitividade em setores estratégicos da economia de baixo carbono.

31 jul

Hidrelétricas brasileiras se preparam para chuvas intensas diante de El Niño forte. Diante da perspectiva de um episódio intenso de El Niño, empresas responsáveis por grandes usinas hidrelétricas brasileiras passaram a reforçar seus protocolos de segurança e operação. Segundo a Reuters, as chuvas nas bacias hidrográficas da Região Sul atingiram, em julho, cerca de **256% da média histórica**, elevando o nível dos reservatórios de aproximadamente **30% da capacidade, em abril, para 88%**. Em resposta, operadoras como CTG Brasil e Engie anteciparam inspeções em vertedouros, testes de sistemas de emergência, planos de contingência e medidas voltadas à proteção das populações situadas a jusante das barragens. O episódio evidencia os impactos diretos da variabilidade climática sobre a gestão do sistema elétrico brasileiro, cuja geração continua fortemente baseada na energia hidrelétrica, responsável por aproximadamente dois terços da eletricidade produzida no país. **Relevância para o CACD:** A notícia estabelece importante conexão entre **geografia física, mudanças climáticas e segurança energética**, temas recorrentes no CACD. A predominância da fonte hidrelétrica torna a matriz elétrica brasileira relativamente limpa em termos de emissões de carbono, mas também a torna altamente dependente do comportamento do regime hidrológico. O caso permite discutir os efeitos do **El Niño** sobre a disponibilidade de recursos hídricos, a gestão de reservatórios e a resiliência da infraestrutura energética, além da necessidade de diversificação da matriz por meio da complementaridade entre fontes hidrelétricas, eólicas, solares e termelétricas. Também oferece oportunidade para abordar conceitos como **adaptação às mudanças climáticas, segurança energética, planejamento do setor elétrico e gestão de riscos associados a eventos climáticos extremos**, assuntos cada vez mais presentes na agenda internacional e na formulação de políticas públicas brasileiras.

31 jul

Brasil eleva temporariamente mistura obrigatória de etanol na gasolina para 32%. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) anunciou que a mistura obrigatória de etanol anidro na gasolina passaria de 30% para 32%, inicialmente pelo período de 180 dias, com possibilidade de prorrogação. A medida busca ampliar a participação dos biocombustíveis na matriz energética brasileira, reduzindo proporcionalmente o consumo de gasolina fóssil. Além de estimular a cadeia sucroenergética nacional, a decisão contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa no setor de transportes e reforça a estratégia brasileira de utilizar combustíveis renováveis como instrumento de segurança energética e de transição para uma economia de baixo carbono. **Relevância para o CACD:** A notícia permite revisar um dos principais diferenciais da matriz energética brasileira: a elevada participação de fontes renováveis, especialmente da biomassa e do etanol. O tema dialoga diretamente com conteúdos recorrentes de Política Internacional, Geografia e Economia, como o **Proálcool**, o **RenovaBio**, a segurança energética, a diversificação da matriz, a descarbonização

do setor de transportes e as vantagens comparativas do Brasil na produção de biocombustíveis. Também evidencia uma característica importante da estratégia brasileira de transição energética: diferentemente de países que concentram seus esforços na eletrificação da frota, o Brasil combina esse processo com a expansão do uso de biocombustíveis, fortalecendo sua diplomacia energética e sua posição nas discussões internacionais sobre desenvolvimento sustentável e combate às mudanças climáticas.

DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E AFINS

6 jul

ONU pede regras globais para inteligência artificial com atenção especial à proteção das crianças. Durante o primeiro diálogo global de nível governamental sobre inteligência artificial, realizado em Genebra, o secretário-geral da ONU, António Guterres, alertou que o desenvolvimento da inteligência artificial avança em ritmo superior à capacidade dos Estados e das organizações internacionais de estabelecer mecanismos eficazes de regulação. Guterres defendeu a construção de um marco regulatório internacional harmonizado para mitigar riscos associados ao uso da IA, especialmente em áreas como direitos humanos, mercado de trabalho, processos eleitorais, segurança internacional e proteção de dados. O secretário-geral destacou ainda a necessidade de salvaguardas específicas para crianças e adolescentes, considerados particularmente vulneráveis aos impactos das novas tecnologias, como manipulação algorítmica, exploração de dados pessoais e exposição à desinformação. **Relevância para o CACD:** O tema é altamente relevante para a preparação em Política Internacional e Direito Internacional, por refletir a consolidação da governança global da inteligência artificial como uma nova agenda do multilateralismo. Permite relacionar debates sobre soberania digital, proteção internacional dos direitos humanos, direitos da criança, privacidade, responsabilidade das plataformas digitais e combate à desinformação. Também oferece oportunidade para discutir o papel das Nações Unidas na formulação de normas internacionais para tecnologias emergentes, os desafios da cooperação multilateral diante da rápida evolução tecnológica e a crescente competição geopolítica pela liderança em inteligência artificial.

7 jul

OMS classifica calor extremo como emergência crescente de saúde pública na Europa. A Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou que sucessivas ondas de calor poderiam tornar as semanas seguintes particularmente letais em diversas regiões da Europa, com temperaturas previstas de até 43°C em Portugal e no sul da Espanha. Diante da gravidade da situação, a organização reuniu representantes de 41 países, da Comissão Europeia e da sociedade civil para discutir medidas de resposta e adaptação. A OMS enfatizou que o calor extremo deve ser reconhecido como um grave problema de saúde pública, em razão do aumento da mortalidade, da sobrecarga dos sistemas de saúde e dos impactos desproporcionais sobre grupos vulneráveis, como idosos, crianças, trabalhadores expostos ao calor e pessoas com doenças crônicas. A

organização também destacou a necessidade de fortalecer sistemas de alerta precoce, ampliar ações preventivas e incorporar a adaptação climática ao planejamento das políticas públicas de saúde. **Relevância para o CACD:** A notícia exemplifica a crescente integração entre mudanças climáticas, saúde global e direitos humanos, tema cada vez mais presente na agenda internacional. Permite discutir adaptação climática, justiça climática, envelhecimento demográfico europeu, vulnerabilidade social, resiliência dos sistemas de saúde e governança internacional em saúde. Também possibilita relacionar a atuação da OMS ao debate sobre segurança humana, riscos climáticos e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aqueles ligados à saúde, cidades sustentáveis e ação climática.

12 jul

IBGE inicia a Pesquisa Nacional de Saúde 2026. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) iniciou a terceira edição da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada em parceria com o Ministério da Saúde, com previsão de visitas a cerca de 140 mil domicílios distribuídos por todos os estados brasileiros até novembro de 2026. A pesquisa reúne informações sobre condições de saúde da população, hábitos de vida, incidência de doenças crônicas, saúde mental, qualidade de vida e acesso, utilização e avaliação dos serviços de saúde. Além dos questionários, parte da amostra será submetida a aferições antropométricas, medição de pressão arterial e exames laboratoriais, permitindo a produção de indicadores mais precisos sobre o perfil epidemiológico da população brasileira. Os resultados subsidiarão o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de saúde nas diferentes regiões do país. **Relevância para o CACD:** A Pesquisa Nacional de Saúde constitui uma das principais bases estatísticas para a formulação de políticas públicas no Brasil, sendo especialmente relevante para Geografia, Economia e políticas sociais. Seus resultados permitem analisar desigualdades regionais, transição demográfica e epidemiológica, distribuição territorial das doenças, acesso aos serviços de saúde e eficiência do Sistema Único de Saúde (SUS). A notícia também reforça a importância da produção de estatísticas oficiais para o planejamento governamental, a redução das desigualdades sociais e territoriais e o acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente aqueles relacionados à saúde, bem-estar e redução das desigualdades.

13 jul

UNICEF aponta fatores estruturais por trás do elevado número de cesarianas no Brasil. Pesquisa divulgada pelo UNICEF revelou que a elevada incidência de cesarianas no Brasil decorre de um conjunto de fatores estruturais e institucionais, e não apenas da escolha individual das gestantes. O estudo identificou que muitas mulheres que manifestavam preferência pelo parto normal durante a gestação acabaram sendo submetidas à cesariana sem indicação clínica. Entre os fatores apontados estão a insuficiência de informações sobre as diferentes modalidades de parto, o desconhecimento acerca do plano de parto, a participação

limitada de parceiros e familiares nas decisões, dificuldades de acesso a métodos de alívio da dor durante o trabalho de parto e práticas adotadas pelos próprios serviços de saúde. O levantamento reforça que o Brasil continua entre os países com as maiores taxas de cesarianas do mundo, muito acima do percentual considerado adequado por organismos internacionais de saúde. **Relevância para o CACD:** A notícia dialoga diretamente com os temas de direitos humanos, saúde pública e políticas sociais, ao abordar a saúde materna sob a perspectiva dos direitos das mulheres e da qualidade da assistência obstétrica. Permite relacionar o tema aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e o ODS 5 (Igualdade de Gênero), além dos debates sobre direitos sexuais e reprodutivos, violência obstétrica, humanização do parto e redução das desigualdades no acesso aos serviços de saúde. Também evidencia o papel de organismos internacionais, como UNICEF e OMS, na formulação de recomendações e no monitoramento de indicadores relacionados à saúde materno-infantil e à proteção dos direitos das mulheres.

14 jul

OMS alerta para falta de recursos internacionais para combater surto de Ebola na RDC. A Organização Mundial da Saúde (OMS) informou que havia recebido apenas cerca de **40% dos US\$ 115 milhões** necessários para financiar a resposta ao surto de Ebola provocado pelo vírus Bundibugyo no leste da República Democrática do Congo. Até meados de julho, quase dois mil casos e aproximadamente 700 mortes haviam sido oficialmente registrados, embora a organização alertasse que o número real de infecções poderia ser significativamente superior devido às dificuldades de vigilância epidemiológica. A resposta ao surto ocorre em uma região marcada por conflitos armados, deslocamentos forçados da população, insegurança e limitações estruturais dos serviços de saúde, fatores que dificultam a identificação de casos, o rastreamento de contatos, a vacinação e a assistência médica. A OMS advertiu que a insuficiência de recursos financeiros compromete a capacidade de conter a disseminação da doença e aumenta o risco de expansão da epidemia. **Relevância para o CACD:** Trata-se de uma das notícias mais relevantes do mês na área de saúde global, pois evidencia os desafios da cooperação internacional diante de emergências sanitárias em contextos de fragilidade estatal. O tema permite revisar o papel da OMS na coordenação de respostas internacionais, o financiamento de bens públicos globais, a segurança sanitária internacional e a governança da saúde. Também possibilita discutir a relação entre conflitos armados, deslocamentos populacionais, crises humanitárias e propagação de doenças transmissíveis, além da importância do fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde, da vigilância epidemiológica e da solidariedade internacional para prevenir epidemias de alcance transnacional.

ONU denuncia que comércio de goma arábica ajuda a financiar a guerra no Sudão. O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) alertou

15 jul

que a cadeia de produção e comercialização da goma arábica, produto do qual o Sudão responde por cerca de **80% da oferta mundial**, tem contribuído para financiar o conflito entre as Forças Armadas Sudanesas (SAF) e as Forças de Apoio Rápido (RSF). Utilizada amplamente pelas indústrias alimentícia, farmacêutica e de cosméticos, a goma arábica passou a ser extraída e comercializada em áreas controladas pelos grupos armados, muitas vezes por meio de saques, contrabando e redes ilícitas de comércio. Segundo a ONU, a dificuldade de rastrear a origem do produto permite que receitas provenientes dessa cadeia continuem alimentando a economia de guerra. Diante desse cenário, o ACNUDH instou Estados e empresas a reforçarem mecanismos de rastreabilidade, transparência e diligência devida (*due diligence*) para impedir que suas cadeias de suprimentos contribuam para o financiamento do conflito e de graves violações de direitos humanos. **Relevância para o CACD:** A notícia oferece um excelente estudo de caso sobre a interseção entre direitos humanos, conflitos armados, comércio internacional e responsabilidade empresarial. Permite discutir o conceito de **economia de guerra**, o papel das cadeias globais de valor na perpetuação de conflitos, os deveres de diligência devida previstos nos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos e os desafios da rastreabilidade de commodities em contextos de violência. Também possibilita revisar temas como Direito Internacional Humanitário, deslocamentos forçados, financiamento de grupos armados, sanções internacionais e governança do comércio internacional, evidenciando como uma commodity aparentemente secundária pode adquirir elevada relevância estratégica e geopolítica em cenários de conflito prolongado.

23 jul

Relatório alerta que dois terços da população de Gaza podem enfrentar fome aguda até o fim do ano. Nova análise da **Classificação Integrada de Fases de Segurança Alimentar (IPC)** indicou que cerca de **1,4 milhão de pessoas — mais de dois terços da população da Faixa de Gaza —** poderão enfrentar níveis elevados de insegurança alimentar aguda até o final de 2026. Embora a situação tenha apresentado melhora em relação aos momentos mais críticos do conflito, o relatório alertou que a continuidade das hostilidades, a destruição de infraestrutura essencial, as restrições ao acesso humanitário, a redução do financiamento internacional e as dificuldades de abastecimento colocam em risco esses avanços e podem agravar novamente a crise alimentar. No dia seguinte, o **Programa Mundial de Alimentos (PMA)** informou que, caso não obtenha mais de **US\$ 420 milhões** em recursos até o fim do ano, será obrigado a ampliar os cortes na assistência prestada à população de Gaza, comprometendo o fornecimento de alimentos para centenas de milhares de pessoas dependentes da ajuda internacional. **Relevância para o CACD:** A notícia constitui um importante estudo de caso sobre a interface entre **Direito Internacional Humanitário, segurança alimentar e assistência humanitária** em contextos de conflito armado. Permite revisar a atuação das Nações Unidas, especialmente do

Programa Mundial de Alimentos (PMA), bem como o funcionamento da Classificação Integrada de Fases de Segurança Alimentar (IPC) como instrumento internacional de monitoramento do risco de fome. Também favorece discussões sobre proteção de civis, acesso humanitário, financiamento das operações internacionais de socorro, deslocamentos forçados e os impactos dos conflitos sobre direitos fundamentais, como os direitos à alimentação, à saúde, à água e ao saneamento. Além disso, evidencia como a sustentabilidade da assistência humanitária depende tanto da mobilização de recursos internacionais quanto das condições políticas e de segurança para sua efetiva implementação.

24 jul

Venezuela formaliza retirada do Tribunal Penal Internacional. O governo da Venezuela notificou formalmente as Nações Unidas de sua decisão de denunciar o **Estatuto de Roma**, tratado constitutivo do Tribunal Penal Internacional (TPI), iniciando o processo de retirada da jurisdição da Corte. Caracas justificou a medida alegando que o tribunal atua de forma seletiva, com viés político e geográfico contra países do Sul Global, e que teria deixado de cumprir os princípios de imparcialidade e universalidade previstos em seu mandato. A decisão ocorre em meio às investigações conduzidas pelo TPI sobre supostos crimes contra a humanidade cometidos por agentes estatais venezuelanos. Em 27 de julho, a Missão Internacional Independente de Apuração dos Fatos sobre a Venezuela, vinculada ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, manifestou profunda preocupação com a retirada, argumentando que ela poderá enfraquecer os mecanismos internacionais de responsabilização por graves violações de direitos humanos e reduzir as perspectivas de justiça para as vítimas. **Relevância para o CACD:** A notícia possui elevada relevância para Direito Internacional e Política Internacional, por permitir revisar o funcionamento do Tribunal Penal Internacional, o Estatuto de Roma, a jurisdição da Corte, os crimes contra a humanidade e o princípio da complementaridade. Também favorece discussões sobre denúncia e retirada de tratados internacionais, limites da jurisdição penal internacional, mecanismos de responsabilização por violações de direitos humanos e o papel das Nações Unidas na promoção da justiça internacional. Além disso, insere-se no debate contemporâneo sobre a legitimidade, a universalidade e a seletividade das instituições multilaterais de justiça, bem como nas críticas formuladas por diversos países do Sul Global quanto ao funcionamento e à atuação do TPI.

24 – 26 jul

Julho das Pretas culmina em marchas pelos direitos das mulheres negras no Brasil. Mobilizações realizadas em diversas cidades brasileiras marcaram o **Julho das Pretas** e o **Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha**, celebrado em 25 de julho. As manifestações reuniram organizações da sociedade civil, movimentos de mulheres negras e representantes do poder público em torno de pautas como

reparação histórica, combate ao racismo estrutural, enfrentamento à violência de gênero e racial, ampliação da representação política e redução das desigualdades socioeconômicas. Também ganhou destaque o conceito de **"Bem Viver"**, que propõe modelos de desenvolvimento baseados na justiça social, na valorização das comunidades, na sustentabilidade e no respeito à diversidade cultural. No Brasil, a data coincide com o **Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra**, instituído em homenagem à líder quilombola símbolo da resistência à escravidão e da luta pela liberdade, reforçando o reconhecimento histórico da contribuição das mulheres negras para a formação do país. **Relevância para o CACD:** A notícia é relevante para os estudos de Direitos Humanos, Política Internacional e História do Brasil, ao evidenciar o fortalecimento das agendas de igualdade racial e de gênero no Brasil e na América Latina. Permite discutir conceitos como discriminação interseccional, racismo estrutural, participação política, inclusão social e direitos das populações afrodescendentes, além de relacioná-los aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no combate ao racismo, à discriminação racial e à violência contra as mulheres. Também possibilita revisar instrumentos internacionais como a **Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial**, a **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)** e a **Convenção Interamericana de Belém do Pará**, bem como a Década Internacional de Afrodescendentes promovida pela ONU e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à igualdade, inclusão e redução das desigualdades.

27 – 28 jul

Diretor-geral da OMS destaca o SUS como referência internacional em cobertura universal. Durante visita oficial ao Brasil, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, destacou o **Sistema Único de Saúde (SUS)** como uma das principais referências mundiais em cobertura universal de saúde, ressaltando que poucos países oferecem atendimento público, gratuito e integral a uma população superior a 200 milhões de habitantes. A declaração foi feita durante visita ao Hospital Federal do Andaraí, no Rio de Janeiro, ao lado de autoridades brasileiras, ocasião em que Tedros enfatizou o papel do SUS na promoção da equidade, da atenção primária à saúde, da vacinação e da resposta a emergências sanitárias. O dirigente também ressaltou que a experiência brasileira demonstra ser possível combinar universalidade, integralidade e acesso amplo aos serviços de saúde, tornando o SUS um modelo relevante para outros países que buscam fortalecer seus sistemas públicos. **Relevância para o CACD:** A notícia é particularmente relevante para os estudos de Direito, Política Internacional e Geografia, ao evidenciar o reconhecimento internacional do SUS como política pública estruturante e como instrumento da diplomacia da saúde brasileira. Permite relacionar o direito fundamental à saúde previsto na Constituição Federal com o conceito de **Cobertura Universal de Saúde (Universal Health Coverage)** promovido pela OMS,

além de discutir o papel do Brasil na cooperação internacional em saúde, especialmente no âmbito da cooperação Sul-Sul. O tema também possibilita revisar a atuação da OMS na difusão de boas práticas em saúde pública, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável — em especial o **ODS 3 (Saúde e Bem-Estar)** —, e os desafios contemporâneos para o financiamento, a sustentabilidade e o fortalecimento dos sistemas universais de saúde diante do envelhecimento populacional, das mudanças climáticas e das futuras emergências sanitárias.

ECONOMIA

8 jul

FMI mantém crescimento mundial moderado e alerta para guerra, tarifas e fragmentação comercial. Na atualização de julho do **World Economic Outlook (WEO)**, o **Fundo Monetário Internacional (FMI)** revisou suas projeções para a economia global, estimando crescimento de **3,0% em 2026** e **3,4% em 2027**. O organismo avaliou que a atividade econômica mundial continua demonstrando relativa resiliência, sustentada, em parte, pelo dinamismo dos investimentos em **inteligência artificial** e pelo desempenho de alguns setores de tecnologia. Contudo, alertou para a persistência de importantes fatores de risco, entre eles o agravamento do conflito no Oriente Médio, a elevação dos preços da energia, o aumento das tensões geopolíticas, a intensificação da **fragmentação comercial** e a possibilidade de novas correções nos mercados financeiros internacionais. O FMI também projetou desaceleração do crescimento do **volume do comércio mundial**, de **5,0% em 2025 para 3,5% em 2026**, refletindo o ambiente de maior protecionismo, incerteza e reorganização das cadeias globais de produção. **Relevância para o CACD:** Trata-se de uma das publicações mais importantes do ano para a preparação em **Economia e Política Internacional**, pois sintetiza os principais desafios da conjuntura econômica mundial. O relatório permite revisar conceitos fundamentais como **crescimento econômico, ciclos econômicos, inflação, choques de oferta, comércio internacional e perspectivas para a economia global**, além de aprofundar a discussão sobre os impactos da **fragmentação geoeconômica** e do fortalecimento do protecionismo sobre o crescimento mundial. Também oferece excelente oportunidade para analisar como a reorganização das cadeias globais de valor, a competição tecnológica e as tensões geopolíticas influenciam os fluxos comerciais e os investimentos internacionais. O documento ainda possibilita discutir os efeitos diferenciados dos choques de energia sobre **países importadores e exportadores de commodities**, bem como situar as **economias emergentes** em um contexto de crescimento global relativamente moderado, maior volatilidade financeira e redução do dinamismo do comércio internacional, temas cada vez mais recorrentes nas provas do CACD.

10 jul

Inflação brasileira desacelera em junho. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)** registrou alta de **0,16% em junho de 2026**, desacelerando significativamente em relação aos **0,58% observados em maio**. Com esse resultado, a inflação acumulada em **12 meses recuou de 4,72% para 4,64%**, mantendo-se, contudo, acima da meta perseguida pelo Banco Central. A desaceleração foi influenciada principalmente pela queda de **0,24% no grupo Alimentação e Bebidas**, refletindo o recuo dos preços de diversos alimentos, enquanto o grupo **Habitação** exerceu a maior pressão altista sobre o índice, em razão, sobretudo, do aumento das tarifas de energia elétrica. O resultado reforçou a percepção de continuidade do processo de desinflação, embora de forma gradual e desigual entre os diferentes grupos que compõem o índice. **Relevância para o CACD:** A notícia é especialmente importante para compreender a dinâmica recente da economia brasileira e a condução da **política monetária**. O resultado permite revisar conceitos fundamentais como **regime de metas para a inflação, inflação cheia versus núcleos de inflação, inflação acumulada em 12 meses, expectativas inflacionárias e atuação do Comitê de Política Monetária (Copom)**. A desaceleração observada não significava, naquele momento, que a inflação estivesse plenamente convergindo para a meta, o que explica a manutenção de uma postura ainda cautelosa por parte do Banco Central. O episódio também oferece excelente oportunidade para relacionar teoria e conjuntura, permitindo discutir a **Curva de Phillips**, a diferença entre **juros nominais e juros reais**, o mecanismo de **transmissão da política monetária** e os efeitos diferenciados de choques de oferta sobre os diversos componentes da inflação. Além disso, evidencia como a composição do IPCA é relevante para a análise econômica, já que movimentos opostos entre grupos de despesas podem alterar significativamente o comportamento do índice agregado.

10 jul

Rubens Barbosa analisa novo tarifaço dos EUA contra produtos brasileiros. Em artigo publicado na revista *Interesse Nacional*, o embaixador **Rubens Barbosa** argumentou que o novo tarifaço imposto pelos Estados Unidos ao Brasil não deveria ser interpretado como um episódio isolado, mas como parte de uma transformação mais ampla da política comercial norte-americana. Segundo o autor, Washington vem recorrendo cada vez mais ao **protecionismo** e ao uso de **tarifas como instrumento de política econômica, industrial e geopolítica**, em um contexto de crescente competição estratégica e de reconfiguração das cadeias globais de valor. Barbosa destacou que o caso brasileiro evidencia essa mudança de paradigma, uma vez que o Brasil foi alvo das medidas **mesmo apresentando déficit comercial em relação aos Estados Unidos nos anos recentes**, o que enfraquece a interpretação de que a política tarifária norte-americana estaria voltada exclusivamente à correção de desequilíbrios bilaterais de comércio. O artigo também chama atenção para o caráter multifuncional das tarifas, utilizadas simultaneamente como

mecanismo de pressão diplomática, proteção da indústria doméstica e instrumento de negociação internacional. **Relevância para o CACD:** O artigo possui grande valor como **análise interpretativa**, complementando as notícias factuais sobre o tarifação e oferecendo uma perspectiva mais ampla sobre as transformações da economia política internacional. Permite revisar temas centrais de **Economia Internacional**, como **protecionismo, política comercial estratégica, tarifas, desvio de comércio, retaliação comercial, segurança econômica e crise do sistema multilateral de comércio**. Também favorece a discussão sobre a crescente utilização de instrumentos econômicos para atingir objetivos geopolíticos e de política industrial, fenômeno frequentemente associado à chamada **geoeconomia**. Para o candidato ao CACD, o texto é especialmente útil por estimular uma leitura crítica das justificativas apresentadas pelos governos para a adoção de medidas comerciais, distinguindo os argumentos econômicos formais de seus possíveis objetivos **estratégicos, fiscais, industriais e diplomáticos**. Trata-se, portanto, de uma excelente oportunidade para relacionar teoria econômica, política internacional e comércio exterior em um dos temas mais relevantes da conjuntura internacional contemporânea.

15 jul

Crescimento da China desacelera para 4,3% no segundo trimestre. A economia chinesa registrou crescimento de **4,3% no segundo trimestre de 2026**, em comparação com o mesmo período do ano anterior, desempenho inferior aos **5,0% observados no primeiro trimestre** e também abaixo da expectativa do mercado, que projetava expansão de **4,5%**. A desaceleração refletiu, principalmente, a persistente fragilidade da **demanda doméstica**, o prolongamento da crise no **setor imobiliário**, responsável por parcela significativa da atividade econômica chinesa, e os efeitos do aumento dos preços da energia decorrentes do choque do petróleo. Apesar desse cenário, alguns indicadores permaneceram relativamente resilientes, com destaque para a **produção industrial** e para o desempenho das **exportações**, que continuaram sustentando parte do crescimento econômico. O resultado reforçou os desafios enfrentados pelas autoridades chinesas para estimular a economia sem ampliar excessivamente o endividamento e os desequilíbrios estruturais do país. **Relevância para o CACD:** A notícia é particularmente importante porque a **China ocupa posição central tanto na Economia quanto na Política Internacional**, sendo o principal parceiro comercial do Brasil e um dos principais motores da economia mundial. O caso permite revisar conceitos como **componentes da demanda agregada (consumo, investimento, gasto público e exportações líquidas), crescimento econômico, política fiscal e monetária anticíclica, setor imobiliário, investimento em infraestrutura e modelo de desenvolvimento chinês**. Também favorece a discussão sobre a transição da economia chinesa para um padrão de crescimento mais baseado no consumo interno, bem como sobre os desafios decorrentes do elevado endividamento do setor imobiliário e das

mudanças demográficas. Para o Brasil, a desaceleração da economia chinesa possui grande relevância em razão da forte **complementaridade comercial** entre os dois países, podendo influenciar a demanda por **commodities agrícolas e minerais**, os preços internacionais desses produtos, o saldo da balança comercial brasileira e as perspectivas de crescimento da economia nacional. Além disso, o episódio permite relacionar desempenho econômico, geoeconomia e competição estratégica entre grandes potências, temas cada vez mais recorrentes nas provas do CACD.

16 jul

Estados Unidos confirmam tarifa adicional de 25% sobre parte das exportações brasileiras. O governo dos Estados Unidos anunciou a imposição de uma **tarifa adicional de 25%** sobre uma ampla lista de produtos brasileiros, com entrada em vigor prevista para **22 de julho de 2026**. A medida, adotada com fundamento na **Seção 301 da Trade Act de 1974**, atingiu setores como **móveis, etanol, máquinas, calçados, açúcar, vestuário e produtos de madeira**, enquanto itens de grande relevância para a pauta exportadora brasileira — como **café, carne bovina, aeronaves e determinados produtos energéticos** — permaneceram entre as principais exceções. Segundo estimativas do governo brasileiro divulgadas pela Reuters, aproximadamente **18% das exportações brasileiras destinadas ao mercado norte-americano** seriam inicialmente afetadas pela nova sobretaxa. O episódio marcou uma intensificação da política comercial unilateral dos Estados Unidos e inaugurou um período de forte tensão econômica nas relações bilaterais, desencadeando reações diplomáticas e jurídicas por parte do Brasil. **Relevância para o CACD:** Trata-se de uma das notícias econômicas mais importantes de julho de 2026, por reunir diversos temas centrais de **Economia Internacional, Direito Internacional Econômico e Política Internacional**. O caso permite revisar conceitos como **tarifas de importação, proteção efetiva, efeitos sobre preços relativos, bem-estar econômico, termos de troca, elasticidades da demanda por exportações, criação e desvio de comércio e retaliação comercial**. Também constitui excelente oportunidade para analisar a utilização da **Seção 301 da Trade Act** como instrumento unilateral da política comercial norte-americana e contrastá-la com as regras e os princípios do **sistema multilateral da Organização Mundial do Comércio (OMC)**, especialmente no que diz respeito à solução de controvérsias e à limitação de medidas unilaterais. Além disso, a notícia favorece discussões sobre **segurança econômica, geoeconomia, fragmentação do comércio internacional e diversificação de mercados**, temas que vêm adquirindo crescente relevância nas provas do CACD diante da intensificação das disputas comerciais entre as grandes potências.

16 jul

Governo brasileiro publica nota contra o tarifação norte-americano. Em nota oficial reproduzida pelo *Poder360*, o governo brasileiro rejeitou as justificativas apresentadas pelos Estados Unidos para a imposição das novas tarifas sobre produtos brasileiros, afirmando que as medidas eram incompatíveis com as

normas do comércio internacional e careciam de fundamento econômico e jurídico. O governo anunciou que adotaria ações para **mitigar os impactos econômicos sobre os setores exportadores afetados**, intensificaria os esforços de **diversificação de mercados externos** e utilizaria os instrumentos previstos na **Lei da Reciprocidade Econômica** para responder às medidas norte-americanas, caso necessário. A nota também confirmou a intenção de acionar o **Sistema de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC)**, reafirmando a preferência brasileira pela utilização dos mecanismos multilaterais para a resolução de disputas comerciais, sem descartar a continuidade do diálogo diplomático com Washington.

Relevância para o CACD: Trata-se de uma das notícias econômicas e diplomáticas mais relevantes do mês, pois articula temas centrais de **Economia Internacional, Direito Internacional Econômico e Política Internacional**. O episódio permite revisar instrumentos de **defesa comercial**, o funcionamento da **Lei da Reciprocidade Econômica**, medidas de **retaliação**, mecanismos de **solução de controvérsias da OMC** e estratégias de **diversificação das exportações** em um contexto de crescente protecionismo internacional. Também favorece a discussão sobre a relação entre **unilateralismo e multilateralismo** na governança do comércio global, bem como sobre os limites da atuação da OMC diante da intensificação de disputas comerciais entre grandes economias. Sob a perspectiva da política externa brasileira, a resposta do governo ilustra a estratégia tradicional de combinar **instrumentos jurídicos e econômicos de defesa comercial** com a preservação do espaço para a negociação diplomática, buscando proteger os interesses nacionais sem romper os canais de diálogo com um parceiro estratégico.

17 jul

Rubens Barbosa discute “confrontação política e econômica” Brasil-EUA. Em artigo publicado na revista *Interesse Nacional*, o embaixador **Rubens Barbosa** analisou os impactos do novo pacote tarifário imposto pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros e avaliou que as medidas poderiam provocar uma redução de **bilhões de dólares nas exportações brasileiras** para o mercado norte-americano. Segundo o autor, o episódio representa uma mudança significativa nas relações bilaterais, marcando uma fase incomum de **confrontação econômica e política** entre Brasil e Estados Unidos. O artigo argumenta que o uso crescente de tarifas como instrumento de pressão política evidencia uma transformação da política comercial norte-americana e discute as possíveis respostas brasileiras, entre elas a intensificação das negociações diplomáticas, a **diversificação de mercados de exportação**, o fortalecimento de acordos comerciais com outros parceiros e a eventual adoção de medidas de **reciprocidade**, sempre ponderando os custos econômicos e diplomáticos de cada alternativa.

Relevância para o CACD: O artigo complementa as notícias sobre o tarifaço norte-americano ao oferecer uma análise de **economia política internacional**, indo além da descrição dos fatos. Permite discutir os limites e as

consequências das estratégias de retaliação comercial, especialmente para um país como o Brasil, cuja indústria depende da importação de **máquinas, equipamentos, insumos e tecnologias** provenientes dos Estados Unidos. Também favorece a reflexão sobre as limitações do princípio da reciprocidade quando países possuem **estruturas produtivas, níveis de desenvolvimento e poder de mercado distintos**, bem como sobre os custos econômicos de uma escalada tarifária para ambos os lados. Além disso, o texto oferece uma oportunidade para revisar temas recorrentes no CACD, como **protecionismo, política comercial estratégica, diversificação de parceiros econômicos, interdependência econômica, segurança econômica e os desafios enfrentados pelo sistema multilateral de comércio diante do fortalecimento de práticas unilaterais**. Trata-se, portanto, de uma leitura útil para relacionar conceitos teóricos de Economia Internacional e Política Internacional a um caso contemporâneo de grande relevância para a política externa brasileira.

23 – 24 jul

EUA ampliam tarifas sob justificativa de combate ao trabalho forçado; 23,1% das exportações brasileiras passam a ser afetadas pelas novas medidas. Os Estados Unidos anunciaram a imposição de uma nova sobretaxa de **10% ou 12,5%** sobre importações provenientes de dezenas de parceiros comerciais, justificando a medida pela alegada insuficiência de ações desses países para impedir a entrada de produtos associados ao **trabalho forçado** nas cadeias globais de suprimentos. No caso do Brasil, foi aplicada uma sobretaxa de **12,5%**, que se somou às medidas tarifárias já adotadas anteriormente contra determinados produtos brasileiros no âmbito da **Seção 301 da Trade Act de 1974**. De acordo com levantamento divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) em **24 de julho**, **23,1% das exportações brasileiras destinadas aos Estados Unidos** passaram a ser alcançadas pelas novas medidas. Desse total, **16,5% da pauta exportadora ficou sujeita simultaneamente às sobretaxas de 25% e 12,5%**, resultando em uma tarifa acumulada de **37,5%**, enquanto **52,7% das exportações brasileiras permaneceram livres dessas sobretaxas específicas**. O episódio reforçou a tendência de ampliação do uso de instrumentos tarifários pelos Estados Unidos como mecanismo de política comercial e de pressão sobre parceiros econômicos. **Relevância para o CACD:** A notícia constitui um excelente estudo de caso sobre a crescente utilização de **instrumentos comerciais para a promoção de objetivos extracomerciais**, como direitos trabalhistas, segurança econômica e reorganização das cadeias globais de suprimentos. Permite revisar temas centrais de **Economia Internacional**, como **escalada tarifária, tarifas cumulativas, barreiras tarifárias, política comercial estratégica, criação e desvio de comércio e impactos das tarifas sobre competitividade e fluxos comerciais**. Também favorece a discussão sobre a crescente **fragmentação da economia mundial**, na qual comércio, direitos

humanos, meio ambiente, segurança nacional e geopolítica tornam-se cada vez mais interdependentes. Sob a perspectiva da Política Internacional, o episódio ilustra o fortalecimento de práticas unilaterais por grandes potências e os desafios impostos ao sistema multilateral de comércio. Os percentuais divulgados pelo **MDIC** — especialmente os **23,1% das exportações afetadas**, os **16,5% sujeitos à sobretaxa acumulada de 37,5%** e os **52,7% não atingidos** — constituem informações relevantes para questões objetivas e para análises de conjuntura econômica no CACD.

23 jul

Banco Central Europeu mantém juros diante do choque energético. O Banco Central Europeu (BCE) decidiu manter inalteradas suas três principais taxas de juros, preservando uma postura cautelosa diante do aumento das incertezas no cenário internacional. A decisão ocorreu em um contexto marcado pelo agravamento do conflito no Oriente Médio e pela elevação dos preços da energia, fatores que aumentaram o risco de novas pressões inflacionárias na zona do euro. Em seu comunicado, o BCE destacou que acompanharia atentamente os possíveis **efeitos indiretos e de segunda ordem** desses choques — como reajustes salariais e repasses de custos pelas empresas — sobre a inflação, reafirmando seu compromisso de assegurar a convergência do índice de preços para a meta de **2% no médio prazo**. A autoridade monetária também reiterou que suas futuras decisões continuariam sendo orientadas pelos dados econômicos e pela evolução das expectativas de inflação. **Relevância para o CACD:** A notícia é particularmente importante para compreender os desafios enfrentados pelos bancos centrais diante de **choques adversos de oferta**, especialmente aqueles decorrentes da alta dos preços da energia e de conflitos geopolíticos. O episódio permite revisar conceitos fundamentais como **inflação de custos, expectativas inflacionárias, efeitos de segunda ordem, política monetária restritiva e credibilidade das autoridades monetárias**. Também favorece a comparação entre a atuação do BCE, do Federal Reserve e do Banco Central do Brasil, evidenciando como diferentes economias respondem a choques semelhantes conforme suas condições macroeconômicas. Além disso, o caso ilustra por que choques no preço do petróleo e da energia representam um dos maiores desafios para a política monetária: ao mesmo tempo em que pressionam a inflação, tendem a desacelerar a atividade econômica, criando o tradicional dilema entre **controle da inflação e sustentação do crescimento econômico**.

28 jul

Decreto nº 13.081/2026 promulga o Acordo de Livre Comércio Mercosul–Singapura. Foi publicado o **Decreto nº 13.081, de 27 de julho de 2026**, que promulgou, no ordenamento jurídico brasileiro, o **Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e Singapura**, assinado no Rio de Janeiro em dezembro de 2023. O acordo já havia sido aprovado pelo Congresso Nacional em junho de 2026, e o Brasil depositara seu instrumento de ratificação em **30 de junho**, concluindo os procedimentos internos necessários para sua entrada em vigor. O tratado passou a produzir efeitos para o Brasil em **1º de agosto de 2026**, representando o primeiro acordo

comercial do Mercosul com um país do Sudeste Asiático. Para apoiar sua implementação, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) publicou manuais técnicos detalhando **regras de origem, cronogramas de desgravação tarifária, procedimentos aduaneiros e demais orientações operacionais** destinadas aos exportadores e importadores. **Relevância para o CACD:** Trata-se de uma das notícias econômicas mais importantes do mês para o CACD, pois oferece um exemplo concreto da estratégia brasileira e do Mercosul de **ampliar sua inserção internacional por meio de acordos preferenciais de comércio**. O tema permite revisar conceitos centrais de **Economia Internacional**, como **integração econômica, zonas de livre comércio, desgravação tarifária, regras de origem, barreiras tarifárias e não tarifárias, regionalismo aberto e acordos preferenciais de comércio**. Também possibilita discutir os efeitos esperados desses acordos sobre os fluxos comerciais, especialmente os fenômenos de **criação e desvio de comércio**, bem como a diversificação de mercados em um contexto de crescente protecionismo e fragmentação da economia mundial. Sob a perspectiva da Política Internacional, o acordo evidencia o esforço do Mercosul para aprofundar sua presença na **Ásia-Pacífico**, fortalecendo sua estratégia de diversificação de parceiros econômicos e de ampliação da competitividade internacional de seus membros.

28 jul

Inflação brasileira volta a desacelerar na prévia de julho. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), considerado a prévia oficial da inflação, registrou alta de apenas **0,06% em julho**, resultado inferior ao esperado pelo mercado. Com isso, a inflação acumulada em **12 meses recuou para 4,52%**, ante 4,80% na divulgação anterior, aproximando-se do teto do intervalo de tolerância da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. O comportamento do índice refletiu principalmente a queda de **0,66% no grupo Alimentação e Bebidas**, que compensou pressões inflacionárias em outros segmentos, especialmente **Habitação**, influenciado pelo aumento das tarifas de energia elétrica. O resultado reforçou a percepção de que o processo de desinflação continuava em curso, ainda que de forma heterogênea entre os diferentes grupos de consumo. **Relevância para o CACD:** A divulgação é particularmente relevante para compreender a condução da **política monetária brasileira** e a relação entre inflação corrente, expectativas inflacionárias e decisões do Comitê de Política Monetária (Copom). A desaceleração do IPCA-15 fortaleceu as expectativas de continuidade do ciclo de redução da **taxa Selic**, desde que o cenário permanecesse compatível com a convergência da inflação para a meta. A notícia também permite revisar conceitos centrais de Economia cobrados no CACD, como **regime de metas para a inflação, inflação acumulada em 12 meses, juros nominais e reais, política monetária contracionista e expansionista, transmissão da política monetária e composição dos índices de preços**. Além disso, evidencia como diferentes grupos que

compõem o IPCA podem exercer pressões em sentidos opostos sobre a inflação agregada, aspecto frequentemente explorado em análises de conjuntura econômica.

28 jul

Brasil aciona mecanismo de solução de controvérsias da OMC contra tarifas dos EUA. O Brasil solicitou formalmente a abertura de consultas com os Estados Unidos no âmbito do **Sistema de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC)**. O pedido contestou tanto a sobretaxa de **25%** aplicada a determinados produtos brasileiros quanto a tarifa adicional justificada pelos EUA com base em preocupações relacionadas ao trabalho forçado nas cadeias globais de suprimentos. Segundo o governo brasileiro, essas medidas violariam obrigações assumidas pelos Estados Unidos no âmbito do **GATT de 1994** e do **Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias (ESC/DSU)**. A abertura de consultas constitui a primeira etapa formal do mecanismo de solução de controvérsias da OMC e busca privilegiar uma solução negociada antes da eventual instalação de um painel arbitral. **Relevância para o CACD:** A notícia é particularmente importante por integrar temas de **Economia Internacional, Direito Internacional Econômico e Política Internacional**. Permite revisar princípios estruturantes do sistema multilateral de comércio, como a **cláusula da nação mais favorecida (NMF)**, a consolidação tarifária, a proibição de restrições comerciais incompatíveis com os acordos da OMC e o funcionamento do mecanismo de solução de controvérsias. Também oferece oportunidade para discutir as limitações enfrentadas atualmente pela OMC, especialmente após a paralisação de seu Órgão de Apelação, e a crescente utilização de medidas unilaterais por grandes potências. Sob a perspectiva da política externa brasileira, o episódio ilustra a tradicional preferência do Brasil pela utilização das instituições multilaterais e da solução jurídica de controvérsias como instrumentos de defesa de seus interesses comerciais, mesmo em um contexto de enfraquecimento da governança econômica internacional e de expansão do unilateralismo comercial.

29 jul

Federal Reserve mantém juros entre 3,5% e 3,75%. O Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) do Federal Reserve decidiu manter a taxa básica de juros (fed funds) na faixa de **3,5% a 3,75%**, por nove votos a três. Os três dirigentes dissidentes defenderam uma elevação adicional de **0,25 ponto percentual**, indicando divergências quanto ao ritmo adequado da política monetária. Em seu comunicado, o Fed avaliou que a economia norte-americana continuava apresentando atividade sólida e mercado de trabalho resiliente, mas ressaltou que a inflação permanecia acima da meta de **2%**, pressionada, entre outros fatores, pela alta dos preços da energia. A autoridade monetária reafirmou que futuras decisões continuariam dependentes da evolução dos indicadores econômicos, preservando uma postura cautelosa diante dos riscos inflacionários. **Relevância para o CACD:** A decisão é especialmente importante para compreender os efeitos internacionais (*spillovers*) da política monetária dos Estados Unidos.

A manutenção de juros elevados tende a fortalecer o dólar, aumentar a atratividade dos ativos norte-americanos e influenciar os fluxos globais de capitais, com impactos sobre economias emergentes como o Brasil. Esses movimentos podem afetar a taxa de câmbio, o custo de financiamento externo, os prêmios de risco e o espaço disponível para a flexibilização da política monetária doméstica. A notícia também oferece excelente oportunidade para revisar temas recorrentes do CACD, como **paridade de juros, mobilidade internacional de capitais, autonomia da política monetária em economias abertas, transmissão internacional dos ciclos monetários e o papel do Federal Reserve na economia global.**

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

1 jul

Uruguai assume a Presidência Pro Tempore do Mercosul.

Em 1º de julho de 2026, o Uruguai assumiu a **Presidência Pro Tempore (PPT)** do Mercosul para o segundo semestre do ano, sucedendo o Paraguai após a realização da **68ª Cúpula de Chefes de Estado do bloco**. A transferência da presidência ocorreu em um momento de renovação da agenda regional, no qual os Estados Partes reafirmaram o compromisso de aprofundar a integração econômica e institucional do Mercosul, ao mesmo tempo em que buscaram ampliar sua inserção internacional por meio da celebração de novos acordos comerciais. Ao apresentar as prioridades de sua gestão, o governo uruguaio destacou a modernização do bloco, o avanço das negociações comerciais com parceiros extrarregionais, a implementação dos acordos já concluídos, a facilitação do comércio e a adoção de medidas voltadas ao fortalecimento da integração fronteiriça, da circulação de pessoas e mercadorias e da competitividade regional. A agenda evidencia o esforço de conciliar o fortalecimento do mercado regional com uma estratégia de maior abertura econômica e projeção internacional. **Relevância para o CACD:** A notícia é especialmente importante para revisar a **estrutura institucional do Mercosul**, em particular o funcionamento da **Presidência Pro Tempore**, exercida em sistema de rodízio semestral entre os Estados Partes, bem como sua articulação com os principais órgãos decisórios do bloco, como o **Conselho do Mercado Comum (CMC)**, o **Grupo Mercado Comum (GMC)** e a **Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (CRPM)**. O episódio também permite discutir um dos debates centrais sobre integração regional: o equilíbrio entre **aprofundamento institucional e ampliação da agenda externa**, bem como a coexistência entre o fortalecimento do mercado regional e a estratégia de **regionalismo aberto**. Além disso, oferece oportunidade para analisar o Mercosul como instrumento da política externa de seus membros, voltado tanto à coordenação regional quanto à ampliação de sua inserção internacional em um contexto de crescente fragmentação da economia mundial e de intensificação da competição geoeconômica.

1 jul

Alemanha aponta entraves restantes à ratificação definitiva do acordo União Europeia–Mercosul. O chanceler alemão, Johann Wadephul, afirmou que o Acordo de Associação entre a União Europeia e o Mercosul ainda enfrentava obstáculos para sua ratificação definitiva, apesar dos avanços políticos alcançados nas negociações nos meses anteriores. Segundo o ministro, permaneciam pendentes questões relacionadas às salvaguardas para o setor agrícola europeu, aos compromissos ambientais, aos procedimentos jurídicos de aprovação pelos Estados-membros da União Europeia e a aspectos técnicos envolvendo quotas e acesso a mercados. As declarações evidenciam que a conclusão das negociações entre os dois blocos não encerra o processo de celebração do acordo, cuja entrada em vigor depende do cumprimento de etapas institucionais e da superação de resistências políticas internas. O episódio também ilustra como interesses econômicos domésticos, especialmente no setor agrícola, continuam exercendo influência significativa sobre a política comercial europeia. **Relevância para o CACD:** A notícia é particularmente importante por permitir distinguir as diferentes fases da celebração de tratados internacionais, como **negociação, assinatura, aprovação interna, ratificação, depósito dos instrumentos, eventual aplicação provisória e entrada em vigor**, tema recorrente nas provas de Direito e Política Internacional do CACD. Também possibilita analisar o Mercosul como ator de negociação externa em acordos inter-regionais, bem como compreender os desafios políticos e institucionais envolvidos na implementação de grandes acordos comerciais. Além disso, o caso evidencia a influência de **grupos de interesse**, especialmente do setor agropecuário europeu, sobre a formulação da política comercial da União Europeia, permitindo discutir a interação entre política doméstica e relações internacionais. Sob a perspectiva da Política Internacional, a notícia reforça a importância do acordo Mercosul–União Europeia como instrumento de integração econômica, diversificação de parcerias e fortalecimento do regionalismo em um contexto de crescente competição geoeconômica global.

6 – 7 jul

Uruguai pressiona pela consolidação do acordo Mercosul–União Europeia. Já no exercício da Presidência Pro Tempore do Mercosul, o Uruguai intensificou a defesa da rápida conclusão do processo de ratificação do Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia. O chanceler uruguaio, Mario Lubetkin, afirmou que a entrada em vigor do tratado representaria uma mudança qualitativa nas relações econômicas e políticas entre Europa e América do Sul, fortalecendo os vínculos entre os dois blocos em um cenário internacional de crescente competição geoeconômica. Lubetkin advertiu que uma demora na ratificação por parte dos países europeus poderia reduzir a influência da União Europeia na região e ampliar o espaço para a expansão da presença econômica e estratégica de outros atores, especialmente a China. As declarações evidenciam que o acordo transcende sua dimensão estritamente comercial, assumindo importância também como

instrumento de projeção geopolítica e de reposicionamento internacional de ambas as regiões. **Relevância para o CACD:** A notícia é particularmente relevante por permitir analisar a integração regional em sua dimensão **econômica, política e estratégica**. O episódio favorece a revisão de temas como **regionalismo aberto, autonomia pela diversificação, integração inter-regional** e a crescente **competição geoeconômica** entre União Europeia, China e Estados Unidos pela ampliação de sua influência na América Latina. Também oferece oportunidade para compreender o papel da **Presidência Pro Tempore do Mercosul** como mecanismo de coordenação política e de impulso às negociações externas do bloco, sem que isso implique a existência de uma autoridade supranacional. Além disso, a notícia permite discutir os desafios da ratificação de acordos internacionais, a influência de fatores domésticos sobre a política comercial europeia e a crescente utilização dos acordos econômicos como instrumentos de projeção estratégica e de disputa por mercados, investimentos e cadeias globais de valor.

15 jul

Canadá e Mercosul intensificam negociações para acordo de livre comércio. Durante visita oficial ao Brasil, a ministra das Relações Exteriores do Canadá, Anita Anand, afirmou que seu governo pretendia intensificar as negociações para concluir, ainda em 2026, um acordo de livre comércio entre o Canadá e o Mercosul. Segundo o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, as negociações já haviam avançado de forma significativa ao longo de diversas rodadas, embora permanecessem pendentes algumas questões técnicas e sensíveis para ambas as partes. A iniciativa insere-se em um contexto de reconfiguração das relações comerciais internacionais, no qual o Canadá busca diversificar seus mercados e reduzir vulnerabilidades decorrentes das tensões comerciais e tarifárias com os Estados Unidos. Para o Mercosul, o avanço das tratativas integra uma estratégia mais ampla de ampliação de sua rede de acordos comerciais com parceiros extrarregionais. **Relevância para o CACD:** A notícia constitui um excelente exemplo da atuação do Mercosul como plataforma de negociação comercial conjunta e evidencia como transformações na economia internacional podem impulsionar estratégias de **diversificação de parceiros, regionalismo aberto** e aprofundamento da integração econômica. O episódio permite revisar conceitos fundamentais de Economia Internacional, como **criação e desvio de comércio, acordos comerciais preferenciais, união aduaneira e política comercial comum**, além de discutir os desafios enfrentados pelo Mercosul na celebração de acordos com economias desenvolvidas. Também oferece uma boa oportunidade para comparar o estágio e as características das negociações com **Canadá, União Europeia, EFTA, Singapura e países asiáticos**, identificando a estratégia de inserção internacional do bloco em um cenário marcado pela fragmentação das cadeias globais de valor, pelo aumento das tensões geoeconômicas e pela busca de maior resiliência comercial.

27 jul

Brasil e Coreia do Sul decidem acelerar negociação Mercosul–Coreia. Em visita oficial a Brasília, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Lee Jae-myung concordaram em acelerar as negociações para um eventual acordo comercial entre a Coreia do Sul e o Mercosul. Como parte desse esforço, os dois governos decidiram criar um grupo de trabalho destinado a impulsionar as tratativas e identificar caminhos para superar os pontos ainda pendentes da negociação. No mesmo dia, Lula conversou com o presidente chinês Xi Jinping, ocasião em que ambos manifestaram apoio ao avanço das discussões sobre um possível aprofundamento das relações comerciais entre China e Mercosul. As duas iniciativas refletem a estratégia brasileira de ampliar a inserção internacional do bloco por meio da diversificação de parceiros econômicos, com especial atenção ao dinamismo dos mercados asiáticos e às transformações da geoeconomia global. **Relevância para o CACD:** A notícia é particularmente relevante por ilustrar a crescente aproximação entre o Mercosul e a Ásia, evidenciando uma mudança gradual na agenda externa do bloco, historicamente mais concentrada nas negociações com Europa e Américas. O episódio permite revisar conceitos como **regionalismo aberto, diversificação de parceiros comerciais, integração econômica, cadeias globais de valor e geoeconomia**, além de discutir o papel do Mercosul como plataforma de negociação conjunta em acordos comerciais. Também oferece oportunidade para analisar a estratégia brasileira de ampliar sua autonomia internacional por meio da diversificação de relações econômicas e diplomáticas, reduzindo a dependência de mercados tradicionais e fortalecendo os vínculos com economias de elevada relevância para o comércio e os investimentos globais. Trata-se, ainda, de um excelente exemplo da crescente centralidade do **Indo-Pacífico** na política comercial internacional e da disputa por maior presença econômica nessa região.

28 jul

Decreto nº 13.081/2026 promulga o Acordo de Livre Comércio Mercosul–Singapura no Brasil. Foi publicado no Diário Oficial da União o **Decreto nº 13.081, de 27 de julho de 2026**, que promulgou, no ordenamento jurídico brasileiro, o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e Singapura, assinado no Rio de Janeiro em dezembro de 2023. O tratado já havia sido aprovado pelo Congresso Nacional por meio do **Decreto Legislativo nº 147, de 22 de junho de 2026**, e o Brasil depositara seu instrumento de ratificação junto ao governo do Paraguai, depositário dos tratados do Mercosul, em 30 de junho. Com a conclusão dessas etapas, o acordo passou a vigorar para o Brasil no plano jurídico internacional em **1º de agosto de 2026**, consolidando mais um avanço na estratégia de ampliação da rede de acordos comerciais do Mercosul com parceiros extrarregionais. **Relevância para o CACD:** A notícia é particularmente importante por permitir integrar conhecimentos de **Política Internacional, Direito Internacional e Economia Internacional**. O caso constitui um excelente exemplo do procedimento brasileiro de incorporação de tratados internacionais, envolvendo as etapas de

assinatura pelo Poder Executivo, aprovação pelo Congresso Nacional, ratificação, depósito do instrumento de ratificação e promulgação por decreto presidencial para produção de efeitos no direito interno. Além disso, reforça o entendimento do Mercosul como uma união aduaneira que negocia acordos comerciais em bloco, evidenciando a estratégia de diversificação da inserção internacional de seus membros e de fortalecimento das relações econômicas com a região do **Indo-Pacífico**, atualmente um dos principais polos de dinamismo da economia mundial. Também oferece oportunidade para revisar conceitos como personalidade jurídica do Mercosul, política comercial comum e regionalismo aberto, temas recorrentes nas provas do CACD.

28 jul

MDIC anuncia implementação do Acordo Mercosul–Singapura e disponibiliza manuais operacionais. Após a promulgação presidencial do Acordo de Livre Comércio Mercosul–Singapura, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) informou que o tratado passaria a produzir efeitos para o Brasil a partir de 1º de agosto. Para orientar operadores econômicos e aduaneiros, o ministério disponibilizou no Portal Siscomex manuais sobre regras de origem, cronogramas de desgravação tarifária e procedimentos operacionais necessários à implementação do acordo. Segundo o governo brasileiro, Singapura eliminará tarifas para a totalidade das exportações brasileiras contempladas pelo tratado. Além do comércio de bens, o acordo abrange disciplinas sobre comércio de serviços, investimentos, compras governamentais e comércio eletrônico, incluindo um capítulo específico sobre economia digital — considerado um dos mais modernos já negociados pelo Mercosul em acordos extrarregionais. **Relevância para o CACD:** A notícia é especialmente relevante por evidenciar que a integração econômica vai muito além da assinatura de tratados, envolvendo sua implementação prática e a harmonização de procedimentos comerciais. O tema permite revisar conceitos fundamentais de Economia e Política Internacional, como regras de origem, desgravação tarifária, acesso a mercados, facilitação do comércio e comércio de serviços, além de discutir a crescente incorporação de temas ligados à economia digital, aos fluxos de dados e ao comércio eletrônico nos acordos comerciais contemporâneos. No contexto da Política Externa Brasileira, o episódio reforça a estratégia de utilizar o Mercosul como plataforma de inserção internacional, diversificação de parceiros econômicos e ampliação da presença do bloco em mercados de alto dinamismo, especialmente na região do Indo-Pacífico.

RELAÇÕES BILATERAIS

EUA

1 jul

EUA ampliam sanções financeiras contra rede vinculada ao PCC. O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, por meio do Office of Foreign Assets Control (OFAC), anunciou sanções contra dois cidadãos brasileiros, três empresas brasileiras e uma

companhia portuguesa que, segundo Washington, integrariam uma rede destinada à lavagem de recursos provenientes do tráfico de drogas em benefício do Primeiro Comando da Capital (PCC). O governo norte-americano apresentou a organização como uma ameaça crescente à segurança nacional dos EUA e destacou sua expansão internacional, inclusive por meio de operações financeiras e atividades de lavagem de dinheiro realizadas em território norte-americano. As sanções determinaram o bloqueio de ativos sujeitos à jurisdição dos Estados Unidos e restrições a transações envolvendo os indivíduos e empresas designados. A medida ocorreu poucas semanas depois de Washington classificar o PCC e o Comando Vermelho como organizações terroristas estrangeiras, decisão que já havia provocado forte reação do governo brasileiro. **Relevância para o CACD:** A notícia permite trabalhar a crescente **securitização do crime organizado transnacional** na política externa norte-americana e seus efeitos sobre as relações bilaterais. É especialmente útil para distinguir sanções financeiras, designação de organizações terroristas e eventual uso da força, instrumentos juridicamente diferentes. Para Política Internacional, o episódio dialoga com soberania, jurisdição extraterritorial, combate à lavagem de dinheiro e cooperação policial. Também é importante observar como decisões domésticas dos EUA podem gerar consequências para bancos e empresas estrangeiras que mantenham relações econômicas com indivíduos ou entidades sancionados.

8 jul

EUA negam avaliação do Itamaraty sobre risco de ação militar contra o Brasil. O Departamento de Estado dos Estados Unidos classificou como “absurda” a avaliação apresentada pelo Itamaraty à Câmara dos Deputados segundo a qual a classificação do PCC e do Comando Vermelho como organizações terroristas poderia, entre suas possíveis consequências, abrir espaço para ações militares norte-americanas em território brasileiro. Em documento encaminhado ao Congresso Nacional, o chanceler Mauro Vieira havia advertido para possíveis repercussões da decisão tanto sobre a economia quanto sobre a soberania brasileira. Washington respondeu que não contemplava uma intervenção militar no Brasil e afirmou que as medidas adotadas buscavam combater atividades de organizações criminosas brasileiras que também operariam nos Estados Unidos. O Itamaraty ressaltou, por sua vez, que não havia sido previamente informado da decisão norte-americana e questionou sua utilidade para a cooperação bilateral contra o crime organizado. **Relevância para o CACD:** É uma notícia particularmente rica para revisar o princípio da **não intervenção**, a soberania territorial e os limites jurídicos do combate transnacional ao terrorismo e ao crime organizado. Também mostra como diferentes percepções de ameaça podem produzir atritos diplomáticos mesmo quando os dois países compartilham, em princípio, o interesse de combater redes criminosas. Para uma discursiva, vale relacionar o episódio à histórica preferência brasileira por cooperação internacional

baseada em consentimento, coordenação institucional e respeito à soberania estatal.

10 jul

Rubens Barbosa analisa o novo tarifaço dos EUA contra produtos brasileiros. Em artigo publicado no *Interesse Nacional*, o ex-embaixador Rubens Barbosa analisou as investigações norte-americanas conduzidas pela Seção 301 e antecipou que elas poderiam resultar em tarifas de até 37,5% sobre determinadas exportações brasileiras, caso fossem acumuladas as medidas de 25% e 12,5%. Barbosa interpretou a ofensiva comercial como parte de uma política protecionista mais ampla da administração Trump, especialmente após decisões judiciais terem limitado outros instrumentos usados anteriormente pela Casa Branca. O texto também chamou atenção para a deterioração dos canais políticos entre Brasília e Washington e para a presença crescente de temas como regulação das Big Techs, Pix, minerais estratégicos, organizações criminosas e política doméstica brasileira no relacionamento bilateral. **Relevância para o CACD:** Embora se trate de **artigo de análise, e não de notícia factual**, sua inclusão é muito útil porque apresenta uma leitura diplomática do contencioso. Para o CACD, ajuda a compreender a diferença entre uma disputa comercial circunscrita e a formação de uma agenda bilateral negativa mais ampla. O artigo também permite discutir a relação entre **protecionismo, política industrial, segurança econômica e política externa**, além da tradicional preocupação diplomática brasileira com diversificação de mercados. É importante tratá-lo como interpretação de Rubens Barbosa, e não como posição oficial brasileira.

14 jul

Brasil e Estados Unidos realizam quinta reunião de alto nível para tentar evitar as novas tarifas. Às vésperas da decisão norte-americana sobre a investigação da Seção 301, representantes do MDIC, do Ministério das Relações Exteriores e da Presidência da República realizaram nova reunião com o representante comercial dos Estados Unidos, Jamieson Greer. Foi o quinto encontro de alto nível desde maio. O governo brasileiro reiterou que considerava injustificadas tanto a sobretaxa de 25% vinculada à investigação específica contra o Brasil quanto a possível tarifa de 12,5% relacionada à investigação norte-americana sobre trabalho forçado. Brasília sustentou que os argumentos apresentados pelo USTR não justificavam sanções e defendeu a continuidade de negociações para uma solução bilateral. **Relevância para o CACD:** O episódio mostra a convivência entre **tensão e negociação**, característica recorrente da diplomacia econômica. O Brasil rejeitava a legitimidade das medidas, mas permanecia engajado institucionalmente com Washington. É um bom exemplo para trabalhar os instrumentos da diplomacia comercial — consultas técnicas, negociações bilaterais, mecanismos domésticos de defesa comercial e eventual recurso às instâncias multilaterais — e para mostrar que a reação diplomática não se resume à alternativa simplista entre aceitar uma medida externa e retaliar imediatamente.

15 jul

Estados Unidos impõem tarifa adicional de 25% sobre parte das exportações brasileiras. O Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) concluiu a investigação conduzida durante um ano sob a **Seção 301 do Trade Act de 1974** e determinou tarifa adicional de 25% sobre determinados produtos brasileiros, com vigência a partir de 22 de julho. Washington afirmou que políticas brasileiras relacionadas a comércio digital e serviços de pagamentos eletrônicos, tarifas preferenciais, combate à corrupção, propriedade intelectual, acesso do etanol ao mercado brasileiro e desmatamento ilegal seriam “irrazoáveis” e prejudicariam o comércio norte-americano. A medida atingiu mais de quatro mil produtos no desenho inicialmente divulgado, embora exportações relevantes, incluindo diversos produtos de forte interesse para o próprio mercado norte-americano, tenham recebido exceções. **Relevância para o CACD:** Esta é provavelmente a **notícia mais importante do mês** para Política Internacional e Economia. Permite revisar a Seção 301, instrumento unilateral da legislação comercial dos EUA, contrastando-a com o sistema multilateral da OMC. O caso também demonstra como temas tradicionalmente separados — comércio digital, meio ambiente, propriedade intelectual, pagamentos eletrônicos e combate à corrupção — passam a ser integrados à política comercial. Para o candidato, é fundamental perceber a tendência contemporânea de transformação da política comercial em instrumento de **segurança econômica e política externa**.

16 jul

Brasil rejeita tarifa de 25% e prepara resposta com base na Lei da Reciprocidade. No dia seguinte ao anúncio norte-americano, o governo brasileiro reiterou formalmente sua rejeição às conclusões da investigação da Seção 301. Brasília afirmou que não reconhecia a legitimidade de medidas comerciais unilaterais sem respaldo no sistema multilateral e lembrou que os Estados Unidos haviam acumulado superávit de aproximadamente US\$ 424,5 bilhões no comércio de bens e serviços com o Brasil ao longo dos 15 anos anteriores. Paralelamente, o governo passou a examinar possíveis contramedidas com base na Lei da Reciprocidade Econômica. Segundo fontes ouvidas pela Reuters, entre as alternativas avaliadas estavam medidas envolvendo propriedade intelectual e interesses econômicos norte-americanos, com a preocupação de evitar uma resposta tarifária que aumentasse os custos para consumidores brasileiros. O governo também indicou a possibilidade de recorrer à OMC. **Relevância para o CACD:** O episódio é excelente para estudar a tensão entre **retaliação, reciprocidade e multilateralismo**. A resposta brasileira buscava manter margem para negociação enquanto criava instrumentos jurídicos de reação. Para Economia, permite discutir os efeitos distintos de tarifas e contramedidas sobre consumidores, produtores, inflação e cadeias produtivas. Para Direito Internacional e PI, é possível relacioná-lo ao sistema de solução de controvérsias da OMC e ao problema mais amplo do

enfraquecimento da disciplina multilateral diante do retorno do unilateralismo comercial.

17 jul

Rubens Barbosa afirma que relação Brasil–EUA entrou em fase inédita de confrontação política e econômica. Em novo artigo no *Interesse Nacional*, Rubens Barbosa avaliou que a confirmação da tarifa de 25% representava uma mudança de patamar no relacionamento bilateral. Segundo seus cálculos, aproximadamente 2.900 produtos poderiam ser atingidos e as perdas de exportações brasileiras poderiam chegar a US\$ 11 bilhões. O ex-embaixador destacou que diversas exceções foram mantidas ou ampliadas, especialmente para produtos considerados importantes para a economia norte-americana. Barbosa também enfatizou a crescente politização do contencioso, envolvendo declarações das autoridades dos dois países e a eleição presidencial brasileira de outubro. Em sua avaliação, uma escalada retaliatória poderia trazer custos significativos ao Brasil e deveria ser evitada em favor de negociação diplomática. **Relevância para o CACD:** O texto complementa muito bem a notícia do dia 15 porque permite comparar **fato e interpretação diplomática**. É especialmente útil para discutir assimetria de poder, custos de retaliação, interdependência assimétrica e os limites da política de reciprocidade entre economias de dimensões diferentes. Também fornece material para refletir sobre um tema clássico da política externa brasileira: como preservar autonomia sem transformar divergências com uma grande potência em confrontação sistemática.

23 jul

EUA anunciam nova tarifa de 12,5% ao Brasil sob justificativa de combate ao trabalho forçado; Brasil divulga nota oficial de repúdio. O USTR anunciou uma segunda rodada de tarifas sob a Seção 301, desta vez abrangendo 60 parceiros comerciais acusados de não adotar ou aplicar adequadamente proibições à importação de mercadorias produzidas com trabalho forçado. Para o Brasil, a tarifa adicional foi estabelecida em **12,5%**. Em nota oficial reproduzida pelo *Poder360*, o governo brasileiro classificou a medida como arbitrária e injustificada e acusou Washington de instrumentalizar um tema associado aos direitos humanos e aos direitos trabalhistas para sustentar uma política comercial protecionista. Brasília anunciou que iniciaria os procedimentos previstos na **Lei da Reciprocidade Econômica** e levaria o tema ao mecanismo de solução de controvérsias da OMC. **Relevância para o CACD:** Esta é a **nota oficial brasileira sobre as tarifas norte-americanas de 23 de julho** que você pediu para incluir. Ela é particularmente importante porque conecta três campos cobrados pelo CACD: **comércio internacional, direitos humanos e política externa**. O caso demonstra como padrões laborais podem ser utilizados como fundamento para instrumentos comerciais e permite comparar a justificativa norte-americana — combate ao trabalho forçado nas cadeias globais — com a interpretação brasileira de que se tratava de protecionismo

disfarçado. Também é excelente para revisar o papel da OMC e os limites jurídicos do uso da Seção 301.

24 jul

Novas tarifas norte-americanas passam a alcançar cerca de 23% das exportações brasileiras aos EUA. O MDIC divulgou avaliação consolidada dos efeitos das medidas norte-americanas. Segundo o governo, as novas sobretaxas baseadas na Seção 301 passaram a atingir aproximadamente **23,1% das exportações brasileiras aos Estados Unidos**, considerando os dados comerciais de referência utilizados pelo ministério. Parte das mercadorias ficou sujeita apenas à tarifa de 25%, parte apenas à de 12,5% e alguns produtos poderiam sofrer acumulação das duas cobranças. Ao mesmo tempo, 52,7% das exportações brasileiras permaneceram sem tarifas adicionais específicas ou setoriais. A lista de exceções à tarifa de 25% havia sido ampliada em comparação com a proposta original. **Relevância para o CACD:** A notícia fornece dimensão quantitativa ao contencioso e evita a interpretação equivocada de que todas as exportações brasileiras passaram a enfrentar a mesma tarifa. É muito útil para estudar **estrutura tarifária, incidência cumulativa, exceções, proteção setorial e efeitos distributivos do protecionismo**. Também permite discutir por que governos escolhem determinados produtos para tarifas ou exceções: além do objetivo de pressionar o parceiro comercial, precisam considerar os efeitos sobre empresas, consumidores e cadeias produtivas domésticas.

24 jul

Empresas norte-americanas contestam judicialmente novas tarifas de Trump. Duas pequenas empresas dos Estados Unidos ingressaram na Corte de Comércio Internacional contra as novas tarifas de 10% e 12,5% aplicadas a 60 parceiros comerciais. As empresas sustentaram que o governo Trump havia extrapolado a autoridade conferida pela Seção 301 e que seriam necessárias conclusões mais específicas sobre práticas comerciais de cada país para justificar medidas tão abrangentes. A controvérsia surgiu após a Suprema Corte norte-americana já ter invalidado outra parte relevante da estratégia tarifária do governo baseada na International Emergency Economic Powers Act (IEEPA), obrigando a administração a buscar novas bases jurídicas para sua agenda comercial. **Relevância para o CACD:** Esta notícia é excelente para compreender o funcionamento do **sistema de checks and balances dos Estados Unidos**. A política comercial norte-americana não depende exclusivamente da vontade presidencial: Congresso, legislação delegada, tribunais federais e Suprema Corte também delimitam a capacidade do Executivo. O caso ajuda ainda a explicar por que a administração Trump passou a recorrer com mais intensidade à Seção 301. Para História Mundial e PI, é um exemplo contemporâneo da tensão entre expansão do poder presidencial e controles institucionais.

30 jul

Brasil adia agrément de indicado de Trump para a Embaixada dos EUA em Brasília. A Reuters informou que o governo brasileiro ainda não havia concedido o **agrément** a Daniel Perez, indicado pelo presidente Donald Trump para assumir a

Embaixada dos Estados Unidos em Brasília. A indicação havia sido anunciada publicamente antes da obtenção do consentimento formal brasileiro, procedimento considerado incomum e que provocou desconforto diplomático. A demora ocorreu em meio ao agravamento das divergências comerciais e políticas entre os dois governos. Autoridades brasileiras também demonstravam preocupação com possíveis manifestações de integrantes da administração Trump sobre o processo eleitoral brasileiro, enquanto Washington pressionava pela aprovação do nome de Perez. **Relevância para o CACD:** Esta é uma ótima oportunidade para revisar **direito diplomático e Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961**. O Estado acreditante deve obter o agrément do Estado acreditado antes da nomeação definitiva do chefe de missão, e o Estado receptor não é obrigado a justificar eventual recusa. Politicamente, o episódio mostra que o contencioso Brasil–EUA já não estava restrito ao comércio: alcançava o próprio funcionamento da relação diplomática bilateral.

PAÍSES DA AMÉRICA CENTRAL E DA AMÉRICA DO SUL

1 jul

Trump afirma que EUA não permitirão que China controle o Canal do Panamá. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, voltou a colocar o Canal do Panamá no centro da rivalidade estratégica entre Washington e Pequim ao declarar que os EUA não permitiriam que a China assumisse o controle da hidrovia. Embora o Canal permaneça sob soberania panamenha, as declarações refletem a crescente preocupação norte-americana com a presença econômica chinesa no entorno da infraestrutura, especialmente em portos, logística e transporte marítimo. A controvérsia insere o Panamá em uma posição particularmente delicada, obrigado a administrar simultaneamente sua relação histórica e estratégica com os Estados Unidos e seus importantes vínculos econômicos com a China. **Relevância para o CACD:** Excelente notícia para revisar **geopolítica da América Central, Canal do Panamá e competição estratégica EUA–China na América Latina**. O episódio permite relacionar infraestrutura crítica, comércio internacional, segurança econômica e disputa por influência no hemisfério ocidental. Para Política Internacional, é importante compreender que a presença chinesa na América Latina não se limita ao comércio de commodities: envolve portos, energia, telecomunicações, financiamento e infraestrutura. O Panamá constitui um caso particularmente relevante por sua posição geográfica e pelo peso histórico dos Estados Unidos na criação, administração e posterior transferência do Canal.

2 jul

Brasil instala hospital de campanha para auxiliar vítimas dos terremotos na Venezuela. A cooperação humanitária brasileira com a Venezuela ganhou dimensão adicional no início de julho após os fortes terremotos que atingiram o país em 24 de junho. Em 2 de julho, a Marinha brasileira já havia instalado um hospital de campanha em Macuto, no estado de La Guaira, uma das áreas mais

atingidas, com uma equipe de profissionais de saúde destinada ao atendimento das vítimas. A atuação complementou o envio, iniciado ainda no fim de junho, de bombeiros, equipes especializadas em busca e salvamento, cães farejadores e técnicos brasileiros. A emergência provocou milhares de mortes e extensa destruição de moradias e infraestrutura no território venezuelano.

Relevância para o CACD: A notícia é especialmente útil para estudar a **cooperação humanitária como instrumento da política externa brasileira** e as relações Brasil–Venezuela para além das controvérsias políticas tradicionais. Permite revisar a atuação da Agência Brasileira de Cooperação, das Forças Armadas e de outros órgãos federais em operações internacionais de assistência, além do princípio da solidariedade regional. Também pode ser relacionada à importância estratégica da Venezuela para o Brasil em razão da extensa fronteira amazônica, dos fluxos migratórios, das questões energéticas e da estabilidade política sul-americana.

7 jul

Presidente eleito da Colômbia suspende transição com o governo de Gustavo Petro. O presidente eleito da Colômbia, Abelardo de la Espriella, determinou a suspensão imediata do processo de transição com o governo de Gustavo Petro. A decisão aprofundou as tensões políticas após a eleição presidencial de junho, cujo resultado continuava a ser contestado por Petro. De la Espriella acusou a administração cessante de corrupção e afirmou que não havia condições para prosseguir normalmente com a transferência de governo. O episódio ocorreu exatamente um mês antes da posse presidencial prevista para 7 de agosto e evidenciou o grau de polarização existente no país. **Relevância para o CACD:** Tema importante para acompanhar a **evolução política da Colômbia**, um dos países mais relevantes da América do Sul para a política externa brasileira. A notícia permite estudar democracia, alternância de poder e polarização política, mas também antecipar possíveis mudanças na política colombiana para segurança, narcotráfico e processos de paz. A Colômbia possui papel central nas discussões regionais sobre drogas ilícitas, Amazônia, Venezuela e relações hemisféricas com os Estados Unidos. Para o Brasil, mudanças significativas em Bogotá afetam diretamente a cooperação fronteira e a agenda amazônica.

9 jul

Governo da Costa Rica entra em confronto com o Poder Judiciário por política de segurança. Apenas dois meses depois de assumir a Presidência, Laura Fernández entrou em forte confronto com o Poder Judiciário costarricense em torno das medidas necessárias para combater o crescimento da criminalidade relacionada ao narcotráfico. A disputa envolve cortes orçamentários impostos ao Judiciário e uma proposta para transferir da Suprema Corte ao Congresso a atribuição de nomear o procurador-geral. Fernández acusa instituições judiciais de dificultarem o combate ao crime organizado, enquanto integrantes do Judiciário alertam para riscos à independência institucional. O conflito ocorre em meio à deterioração dos indicadores de

segurança da Costa Rica, tradicionalmente considerada uma das democracias mais estáveis e pacíficas da região. **Relevância para o CACD:** Excelente caso para estudar a transformação da **agenda de segurança na América Central**. A Costa Rica, país sem forças armadas desde 1948 e historicamente associado a instituições democráticas estáveis, enfrenta pressões decorrentes de sua inserção nas rotas internacionais do narcotráfico. A notícia permite discutir crime organizado transnacional, fortalecimento das instituições, separação de poderes e difusão regional de modelos de segurança mais repressivos, especialmente sob influência da experiência salvadorenha de Nayib Bukele. Também contribui para compreender por que segurança pública se tornou uma das principais variáveis das recentes mudanças eleitorais latino-americanas.

13 jul

Partido governista de El Salvador indica Nayib Bukele para disputar novo mandato presidencial. O partido Nuevas Ideas confirmou Nayib Bukele como candidato à eleição presidencial de 2027, abrindo caminho para que o mandatário dispute um terceiro mandato. A candidatura tornou-se juridicamente possível após alterações constitucionais aprovadas em 2025 que flexibilizaram as limitações anteriormente existentes à reeleição presidencial. Bukele mantém elevada popularidade, sobretudo devido à drástica redução dos índices de homicídio promovida por sua política de combate às gangues, mas seu governo continua sob críticas de organizações de direitos humanos quanto ao prolongado estado de exceção, às detenções em massa e às garantias processuais. **Relevância para o CACD:** Notícia muito útil para revisar **democracia, presidencialismo e segurança pública na América Central**. O chamado “modelo Bukele” passou a exercer influência regional e aparece como referência para governos e candidatos em países como Costa Rica, Peru e Colômbia. Para o CACD, vale relacionar a redução efetiva da violência às controvérsias sobre Estado de Direito, direitos humanos e concentração de poder. Também é um bom exemplo da tensão entre legitimidade eleitoral majoritária e limites institucionais ao exercício do poder político.

14 jul

Brasil, Argentina, Chile e Paraguai avançam na criação do Céu Único Sul-Americano. Brasil, Argentina, Chile e Paraguai assinaram, em Assunção, o Memorando de Entendimento do Acordo de Liberalização Aérea Sul-Americana (Alas), que estabelece as bases para a construção gradual de um mercado aéreo regional mais integrado. O acordo prevê a formação de um grupo de trabalho com prazo de até 12 meses para formular propostas relativas à harmonização regulatória, reconhecimento de certificados e licenças, direitos dos passageiros, infraestrutura, segurança e ampliação do acesso aos mercados. Brasil também assinou entendimentos bilaterais com Paraguai e Argentina para incorporar a **7ª Liberdade do Ar**, permitindo operações entre terceiros países sem necessidade de passagem pelo território de origem da companhia aérea. **Relevância para o CACD:** Trata-se de uma notícia particularmente valiosa para revisar **integração**

física sul-americana, tema que ultrapassa o comércio de mercadorias. O candidato pode relacioná-la à infraestrutura regional, aos corredores logísticos e às iniciativas históricas de integração promovidas pelo Brasil. A 7ª Liberdade do Ar também constitui um bom exemplo da aplicação concreta das chamadas Liberdades do Ar derivadas da Convenção de Chicago de 1944. O tema permite discutir ainda como integração econômica depende de conectividade, harmonização regulatória e redução de barreiras não tarifárias.

22 jul

Uruguai e Bolívia aderem ao acordo de integração aérea sul-americana. Pouco mais de uma semana após a assinatura inicial do Alas, Uruguai e Bolívia aderiram formalmente à iniciativa, ampliando de quatro para seis os países participantes: Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Bolívia. Os dois novos integrantes também celebraram entendimentos com o Brasil que incorporam a 7ª Liberdade do Ar aos respectivos acordos de serviços aéreos. A ampliação reforçou a intenção de desenvolver gradualmente um espaço aéreo regional mais integrado, com maior conectividade e menor fragmentação regulatória. **Relevância para o CACD:** A adesão de Uruguai e Bolívia transforma o acordo de uma iniciativa limitada ao Cone Sul em um projeto com alcance regional mais significativo. Para o CACD, a notícia ajuda a compreender que a **integração sul-americana pode avançar por geometrias variáveis**, sem depender necessariamente da criação de novas organizações internacionais abrangentes. Também possibilita comparar o Alas com experiências de integração funcional em transporte, energia e infraestrutura promovidas em outros momentos por Mercosul, IIRSA e Unasul.

23 jul

Banco Mundial estima em US\$ 19,6 bilhões os danos causados pelos terremotos na Venezuela. Relatório do Banco Mundial estimou em aproximadamente **US\$ 19,6 bilhões** os danos físicos diretos provocados pelos terremotos que atingiram a Venezuela em junho, enquanto os custos totais de reconstrução poderiam alcançar cerca de US\$ 50 bilhões. O desastre destruiu residências e infraestrutura e ocorreu em um país que já enfrentava elevada vulnerabilidade socioeconômica e expressivos fluxos migratórios. O Banco Mundial advertiu que a ausência de investimentos suficientes na reconstrução poderia prolongar por anos os efeitos negativos do desastre sobre o crescimento e a produtividade venezuelanos. **Relevância para o CACD:** A notícia amplia o estudo da Venezuela para além da dimensão político-institucional. É uma oportunidade para relacionar **desastres naturais, capacidade estatal, desenvolvimento econômico, migrações e cooperação internacional**. Para o Brasil, a recuperação venezuelana possui implicações diretas para Roraima, para os fluxos migratórios e para a estabilidade da fronteira setentrional. Também permite trabalhar o papel de instituições financeiras internacionais em situações de reconstrução pós-desastre.

26 jul

Itamaraty condena agressões de Javier Milei em território brasileiro e chama embaixador a consultas. O Ministério das Relações Exteriores divulgou nota oficial manifestando repulsa às declarações feitas pelo presidente argentino Javier Milei durante visita privada a São Paulo no dia anterior. O chanceler Mauro Vieira convocou o embaixador argentino Daniel Raimondi para exigir explicações e, simultaneamente, determinou que o embaixador brasileiro em Buenos Aires, Julio Bitelli, retornasse ao Brasil para consultas. O Itamaraty classificou o episódio como sem precedentes, afirmando que Milei dirigira ofensas ao chefe de Estado brasileiro, às instituições democráticas, ao Poder Judiciário e ao próprio povo brasileiro. A nota ressaltou, ao mesmo tempo, os **203 anos de amizade e cooperação** entre os dois países e o fato de o Brasil ser o principal parceiro comercial argentino.

Relevância para o CACD: Esta é uma das notícias mais importantes do mês para Política Internacional. Permite revisar instrumentos da **prática diplomática**, especialmente convocação de embaixador estrangeiro e chamado de embaixador nacional para consultas, medidas que demonstram grave insatisfação sem equivaler ao rompimento de relações diplomáticas. A crise é ainda mais relevante porque ocorre entre os dois principais membros do Mercosul e países que construíram, desde a redemocratização, uma relação estratégica baseada em confiança política, integração econômica e cooperação nuclear. Também suscita discussão sobre até que ponto diferenças ideológicas entre governos podem ser amortecidas pela institucionalização das relações bilaterais.

27 jul

Paraguai abre mercado para exportação brasileira de suínos vivos destinados ao abate. As autoridades sanitárias paraguaias aprovaram o modelo de Certificado Sanitário Internacional que permitirá ao Brasil exportar suínos vivos destinados ao abate no Paraguai. A medida foi anunciada em nota conjunta do Ministério da Agricultura e Pecuária e do Ministério das Relações Exteriores, como parte da estratégia de expansão e diversificação dos mercados externos do agronegócio brasileiro.

Relevância para o CACD: Apesar de menos vistosa politicamente, a notícia é útil porque mostra uma dimensão cotidiana da **diplomacia comercial brasileira**: a negociação de requisitos sanitários e fitossanitários. O tema permite revisar o Acordo SPS da OMC e compreender que abertura de mercados agrícolas depende frequentemente mais da superação de barreiras regulatórias e sanitárias do que da redução de tarifas. No plano bilateral, reforça a densidade das relações Brasil–Paraguai, que incluem comércio, Mercosul, Itaipu, fronteira, infraestrutura e importante circulação de pessoas e capitais.

28 jul

Keiko Fujimori toma posse como presidente do Peru. Keiko Fujimori tomou posse como presidente do Peru após vencer por margem estreita o segundo turno realizado em junho. Filha do ex-presidente Alberto Fujimori, ela se tornou a **primeira mulher eleita para a Presidência peruana** e a décima pessoa a ocupar o cargo desde 2016, evidência da extraordinária instabilidade política enfrentada pelo país na última década. Em seu discurso inaugural,

anunciou prioridade para o combate à criminalidade organizada, inclusive com participação das Forças Armadas durante estados de emergência, além de compromissos com disciplina fiscal, ambiente de negócios e preparação para os efeitos do El Niño. O Brasil foi representado na cerimônia pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. A posse foi noticiada pelo G1 e confirmada por Reuters e outros veículos internacionais. **Relevância para o CACD:** Notícia central para compreender a **reconfiguração política recente da América do Sul**. A vitória de Fujimori soma-se a resultados eleitorais conservadores em outros países da região e reforça a centralidade da agenda de segurança pública nos processos eleitorais latino-americanos. Para o candidato, é particularmente importante revisar o legado de Alberto Fujimori, incluindo estabilização econômica, autogolpe de 1992, combate ao Sendero Luminoso e graves violações de direitos humanos. No plano internacional, o novo governo deverá ser acompanhado quanto à relação com Estados Unidos e China, esta última já fortemente presente na mineração e na infraestrutura portuária peruana. Para o Brasil, o Peru é parceiro amazônico, membro da OTCA e peça relevante da integração física entre Atlântico e Pacífico.

PAÍSES AFRICANOS

3 jul

Ataque armado na Nigéria deixa ao menos 18 mortos e provoca novos deslocamentos. Um ataque contra comunidades no estado de Níger, na região centro-norte da Nigéria, deixou pelo menos 18 mortos e obrigou moradores a abandonar suas casas. Imagens e relatos reunidos pela Reuters mostraram residências incendiadas e famílias deslocando-se para áreas de refúgio. O episódio insere-se em um quadro mais amplo de insegurança no país, no qual se sobrepõem insurgência jihadista, banditismo armado, sequestros e violência contra comunidades rurais. Embora Boko Haram e o Estado Islâmico na África Ocidental sejam especialmente associados ao nordeste nigeriano, a disseminação de grupos armados e de redes criminosas para outras regiões tem ampliado os desafios enfrentados pelo governo de Bola Tinubu. **Relevância para o CACD:** A notícia é útil para revisar a **Nigéria como potência regional da África Ocidental**, seu peso demográfico e econômico e, simultaneamente, suas fragilidades internas. Permite relacionar terrorismo, crime organizado, deslocamentos internos e limitações da capacidade estatal. Também oferece gancho para estudar a **CEDEAO/ECOWAS**, a arquitetura africana de paz e segurança e a importância da Nigéria para a estabilidade do Golfo da Guiné. Para a política externa brasileira, o país é ainda um parceiro tradicional na África Ocidental, com o qual o Brasil mantém mecanismos de diálogo político, cooperação econômica, defesa e agricultura.

8 jul

Nigéria e Maurîtânia abrem novos mercados para produtos agropecuários brasileiros. Os governos da Nigéria e da

Mauritânia comunicaram às autoridades brasileiras novas autorizações sanitárias para produtos agropecuários do Brasil. A Nigéria aprovou a importação de **sêmen suíno e suínos vivos destinados à reprodução**, enquanto a Mauritânia autorizou as importações de **sêmen bovino, embriões bovinos e ovócitos bovinos**. As autorizações resultaram da atuação conjunta do Ministério da Agricultura e Pecuária e do Ministério das Relações Exteriores para ampliar e diversificar a presença do agronegócio brasileiro nos mercados africanos. **Relevância para o CACD:** Trata-se de uma notícia particularmente útil para compreender a dimensão **econômico-comercial da política brasileira para a África**. A aproximação não se restringe à diplomacia política ou à cooperação técnica: envolve abertura de mercados, diplomacia sanitária e diversificação de exportações. O caso também permite revisar a relação entre **política externa e agronegócio**, bem como instrumentos de promoção comercial utilizados pelo Estado brasileiro. No plano conceitual, encaixa-se no esforço histórico do Brasil de combinar relações Norte-Sul com a ampliação das parcerias Sul-Sul e de reduzir a concentração geográfica de sua pauta comercial.

10 jul

Exército sudanês condiciona avanço de plano de paz à retirada das Forças de Apoio Rápido das cidades ocupadas. O Exército sudanês indicou que somente apoiaria integralmente uma proposta norte-americana para encerrar a guerra civil se as Forças de Apoio Rápido (RSF) se retirassem de todas as cidades ocupadas desde 2023. Segundo documentos examinados pela Reuters, a proposta dos Estados Unidos previa inicialmente uma **trégua humanitária de 90 dias**, seguida por negociações para um cessar-fogo permanente e uma transição política conduzida por civis. O plano também previa participação das Nações Unidas na retirada gradual das RSF, sobretudo em áreas de Darfur do Norte e Cordofão do Norte. O governo ligado às Forças Armadas aceitou grande parte da proposta, mas rejeitou limitar a retirada do grupo paramilitar apenas a determinadas áreas. **Relevância para o CACD:** O Sudão permanece um dos principais focos de instabilidade no continente africano. A notícia permite revisar a guerra iniciada em 2023 entre as **Forças Armadas Sudanesas e as RSF**, a crise humanitária em Darfur, os deslocamentos populacionais e o papel de atores externos nas tentativas de mediação. É também bom ponto de partida para estudar os limites dos mecanismos africanos de solução de conflitos, a participação da ONU e a competição de potências do Oriente Médio e de fora da região no Chifre da África. Em uma discursiva de PI, o caso pode servir para discutir a crescente internacionalização de conflitos civis africanos.

13 jul

Brasil e Moçambique ampliam cooperação bilateral em saúde, medicamentos e vacinas. Brasil e Moçambique assinaram, em Maputo, **dois memorandos de entendimento** destinados a ampliar a cooperação técnica bilateral em saúde. Os instrumentos abrangem política de sangue e hemoterapia, prevenção e tratamento do câncer, produção de medicamentos e

vacinas, qualificação de profissionais, saúde digital e fortalecimento institucional dos sistemas públicos de saúde. Também foi firmado um acordo entre a Anvisa e a autoridade reguladora de medicamentos moçambicana. Os entendimentos preveem desenvolvimento de projetos conjuntos, intercâmbio de conhecimento e fortalecimento das capacidades técnicas dos dois países. **Relevância para o CACD:** Esta é uma das notícias mais importantes do mês para revisar as **relações Brasil-África**. Moçambique ocupa posição singular na política africana brasileira por integrar a **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)** e por possuir longa tradição de cooperação técnica com o Brasil. A saúde é um dos setores paradigmáticos da cooperação Sul-Sul brasileira, historicamente apoiada em transferência de conhecimento, capacitação e fortalecimento institucional. O episódio permite ainda conectar a atuação internacional do SUS, Fiocruz e Anvisa à chamada **diplomacia da saúde**, bem como diferenciar cooperação horizontal de modelos tradicionais de assistência Norte-Sul.

14 jul

OMS alerta para rápido avanço do Ebola na República Democrática do Congo e déficit de financiamento internacional. A Organização Mundial da Saúde alertou que o surto de Ebola na República Democrática do Congo continuava a crescer rapidamente e se espalhar pelo país, enquanto os recursos internacionais disponíveis permaneciam muito aquém das necessidades. A OMS informou ter recebido apenas **40% dos recursos solicitados**, deixando um déficit de aproximadamente US\$ 70 milhões em uma operação cujo apelo financeiro alcançava US\$ 115 milhões. O quadro tornou-se ainda mais grave ao longo do mês: em 23 de julho, autoridades congoleesas registravam mais de 2.500 casos e o número de mortes havia ultrapassado mil. O surto estava concentrado sobretudo no leste do país, região também afetada por conflitos armados e grandes deslocamentos populacionais. **Relevância para o CACD:** A notícia permite integrar **saúde global, segurança humana e conflitos armados**. A RDC constitui caso emblemático da sobreposição entre fragilidade estatal, deslocamentos, atuação de grupos armados e dificuldade de execução de políticas sanitárias. Também é excelente oportunidade para revisar o papel da OMS e o problema do financiamento internacional de emergências de saúde. Para o CACD, vale observar como epidemias deixam de ser exclusivamente questões sanitárias e passam a afetar mobilidade internacional, cooperação para o desenvolvimento, segurança regional e capacidade de atuação das organizações internacionais.

17 jul

RDC e Ruanda retomam mecanismo de implementação dos Acordos de Washington. Representantes da República Democrática do Congo e de Ruanda reuniram-se em Genebra, nos dias 15 e 16 de julho, para a quinta reunião do Mecanismo Conjunto de Coordenação de Segurança associado aos **Acordos de Washington**. Também participaram Estados Unidos, Qatar, Togo — na condição de mediador da União Africana — e

representantes da própria UA. Kinshasa e Kigali reafirmaram o compromisso de acelerar a implementação dos entendimentos, sobretudo a neutralização das **Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR)**, o desligamento de forças e o levantamento de determinadas medidas defensivas. Foram ainda discutidos mecanismos de verificação e formas de coordenação com a MONUSCO. **Relevância para o CACD:** O tema é central para acompanhar a **região dos Grandes Lagos**, um dos espaços mais complexos da política africana contemporânea. O conflito no leste congolês combina rivalidades interestatais entre RDC e Ruanda, grupos armados transnacionais, consequências do genocídio ruandês de 1994, atuação do M23 e disputa pelo controle de minerais estratégicos. A notícia permite ainda revisar o papel de **Estados Unidos, Qatar, União Africana e MONUSCO** na mediação. Para questões discursivas, o caso é especialmente útil para discutir a relação entre recursos minerais, segurança, soberania e intervenção internacional.

27 jul

Kwanza angolano passa a integrar sistema regional de pagamentos da África Austral. O Banco Central sul-africano anunciou a inclusão do **kwanza angolano** no sistema regional de pagamentos transfronteiriços da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Foi a primeira nova moeda de liquidação incorporada ao sistema desde sua criação, em 2013, até então fortemente baseado no rand sul-africano. O mecanismo possibilita liquidação em tempo real de transações entre países da SADC e busca reduzir custos de pagamentos, incentivar comércio e investimento e diminuir a dependência de redes tradicionais de bancos correspondentes. Segundo dados divulgados pela autoridade monetária sul-africana, as transações de Angola com os demais membros da SADC somaram cerca de US\$ 3,77 bilhões em 2025. **Relevância para o CACD:** Excelente tema para revisar **integração econômica africana**. A notícia permite relacionar a SADC com outras iniciativas do continente, como a **Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA)** e o Pan-African Payment and Settlement System. Angola é particularmente relevante para o candidato brasileiro em razão dos vínculos históricos, linguísticos e políticos com o Brasil, além da cooperação em defesa e energia. A inclusão do kwanza também permite discutir integração monetária funcional sem criação de moeda única, redução dos custos de transação e esforços africanos para ampliar a autonomia de suas infraestruturas financeiras.

27 jul

Nigéria pressiona África do Sul após nova onda de ataques xenófobos contra migrantes africanos. O governo nigeriano cobrou da África do Sul medidas mais efetivas para impedir ataques xenófobos contra cidadãos nigerianos e outros migrantes africanos. Em reunião realizada em Abuja com uma delegação sul-africana chefiada pelo ministro das Relações Internacionais, Ronald Lamola, autoridades nigerianas afirmaram que a violência recorrente estava prejudicando as relações bilaterais. Segundo dados apresentados pelo governo nigeriano, ao menos 1.490

cidadãos haviam sido evacuados da África do Sul desde o início da mais recente onda de violência. Pretória reiterou sua condenação à xenofobia, ao racismo e à discriminação e afirmou que crimes eventualmente cometidos por estrangeiros devem ser tratados pelo sistema judicial. **Relevância para o CACD:** O episódio é especialmente valioso porque envolve **duas das principais potências africanas**, Nigéria e África do Sul. Permite revisar movimentos migratórios intrafricanos, xenofobia, desigualdade social e desemprego na sociedade sul-africana, além das tensões produzidas pela condição da África do Sul como polo econômico regional. Também é útil para compreender como questões domésticas podem produzir consequências diplomáticas e testar projetos de integração continental. Para o Brasil, a África do Sul é parceiro estratégico no **BRICS, IBAS e G20**, enquanto a Nigéria constitui interlocutor fundamental na África Ocidental.

29 jul

RDC e Ruanda divergem sobre desarmamento das FDLR, expondo dificuldades do processo de paz. Novas divergências entre República Democrática do Congo e Ruanda evidenciaram os obstáculos à implementação do acordo de paz. Kinshasa anunciou que as Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda haviam assinado um protocolo destinado a seu desarmamento, desmobilização e confinamento, mas Kigali contestou a iniciativa, alegando incompatibilidade com os compromissos anteriormente assumidos. As FDLR, constituídas originalmente por combatentes hutus — alguns vinculados aos responsáveis pelo genocídio ruandês de 1994 — permanecem no centro das acusações recíprocas entre os dois países. Sua neutralização está vinculada, no acordo de paz, ao desligamento das forças ruandesas presentes no leste congolês. **Relevância para o CACD:** O episódio mostra por que acordos formais não necessariamente eliminam as causas estruturais dos conflitos. A estabilização do leste da RDC depende da interação entre **governos, grupos armados, mecanismos multilaterais e interesses econômicos associados aos recursos minerais** da região. É um exemplo muito bom para discutir peacebuilding, desarmamento, desmobilização e reintegração de combatentes, além das limitações da diplomacia quando atores armados não estatais desempenham papel central no conflito. Para o CACD, convém acompanhar esse processo em conjunto com a atuação da União Africana, MONUSCO e mediadores externos.

PAÍSES ASIÁTICOS

6 jul

Brasil abre consulta sobre eventual acordo comercial Mercosul-Japão. A Secretaria de Comércio Exterior do MDIC abriu consulta pública destinada a reunir manifestações de setores interessados acerca da possível negociação de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e o Japão. A medida foi estabelecida pela Circular Secex nº 51, de 3 de julho, publicada no Diário Oficial da União em 6 de julho. A iniciativa insere-se no movimento recente de ampliação da rede de acordos extrarregionais do

Mercosul e sinaliza interesse em aprofundar as relações comerciais com uma das principais economias da Ásia. O Japão possui relevância particular para o Brasil não apenas pelo comércio bilateral, mas também pelos investimentos produtivos históricos, pela cooperação tecnológica e pelos vínculos humanos derivados da expressiva comunidade nikkei brasileira. **Relevância para o CACD:** A notícia é bastante útil para revisar **regionalismo aberto, política comercial do Mercosul e inserção econômica brasileira na Ásia**. A eventual negociação com o Japão deve ser relacionada à estratégia de diversificação de parceiros comerciais e à crescente projeção econômica do Indo-Pacífico. Também permite trabalhar a tensão entre a Tarifa Externa Comum e a negociação conjunta de acordos comerciais pelos integrantes do Mercosul, além de contextualizar o Japão como parceiro tradicional do Brasil em investimento, tecnologia, infraestrutura e cooperação para o desenvolvimento. Para Economia, o tema permite discutir criação e desvio de comércio, liberalização tarifária e impactos distributivos de acordos preferenciais.

16 jul

Brasil torna-se membro fundador de organização internacional de governança da inteligência artificial. Brasil e outros 28 países assinaram, em Xangai, o acordo constitutivo da **Organização Mundial para Cooperação em Inteligência Artificial — WAICO**, concebida como organização internacional intergovernamental independente e dotada de personalidade jurídica própria, com sede na cidade chinesa. Entre os membros fundadores encontram-se, além do Brasil e da China, Rússia, Indonésia, Paquistão, Belarus, Sérvia, Cuba, Venezuela e diversos países africanos e asiáticos. Segundo nota conjunta do Itamaraty e de ministérios brasileiros, a instituição pretende promover cooperação internacional para o desenvolvimento e a aplicação de IA de maneira benéfica, segura, ética, confiável e orientada ao ser humano. A criação da organização reforça a tentativa chinesa de desempenhar papel normativo na governança tecnológica mundial. **Relevância para o CACD:** Trata-se de notícia de **altíssima relevância para Política Internacional**, pois conecta inteligência artificial, instituições internacionais, competição sino-americana e reivindicações do Sul Global por maior participação na elaboração das normas tecnológicas. A criação da WAICO demonstra que a disputa tecnológica contemporânea não se limita a chips, modelos de IA e infraestrutura digital: estende-se à capacidade de **definir normas, padrões e instituições internacionais**. Para o Brasil, a condição de membro fundador dialoga com sua tradição de valorização do multilateralismo e com a busca por participação na construção de regimes internacionais emergentes. É importante contrastar essa iniciativa com outros arranjos tecnológicos liderados por Estados Unidos e parceiros ocidentais e discutir temas como soberania digital, acesso à tecnologia, segurança, desenvolvimento e fragmentação da governança global da IA.

17 jul

China apresenta sua estratégia para liderar a governança internacional da inteligência artificial. Durante a Conferência

Mundial de Inteligência Artificial, em Xangai, Xi Jinping apresentou uma visão chinesa mais abrangente para a governança internacional da IA. O presidente defendeu maior utilização de tecnologias de código aberto, afirmou que a inteligência artificial não deveria ser monopolizada por poucos países e comprometeu a China a ampliar capacitação e centros de cooperação com países do BRICS, da ASEAN, da América Latina e da União Africana. Também advertiu contra desigualdades no acesso à tecnologia e contra riscos decorrentes da perda de controle humano sobre sistemas autônomos. A manifestação ocorreu imediatamente após a criação da WAICO e evidenciou a intenção de Pequim de associar capacidade industrial e tecnológica à produção de normas internacionais. **Relevância para o CACD:** A notícia ajuda a compreender a **dimensão tecnológica da competição por poder estrutural** no sistema internacional. China e Estados Unidos disputam não apenas posições em cadeias de semicondutores, computação e inteligência artificial, mas também a legitimidade para formular princípios universais de governança tecnológica. O discurso chinês procura aproximar essa estratégia das reivindicações do Sul Global, especialmente mediante a defesa da democratização do acesso à IA. Para o CACD, cabe relacionar o tema à multipolaridade, à competição por normas internacionais, à diplomacia tecnológica chinesa, à cooperação Sul-Sul e à possibilidade de fragmentação do ecossistema tecnológico global em diferentes padrões regulatórios.

22 – 24 jul

Brasil amplia diálogo institucional com a ASEAN no Sudeste Asiático. O chanceler Mauro Vieira viajou a Manila, nas Filipinas, para participar da **3ª Reunião Trilateral Brasil–ASEAN** e das comemorações dos cinquenta anos do Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático. A agenda evidencia o esforço brasileiro para ampliar os vínculos políticos e econômicos com a ASEAN, região que reúne algumas das economias de crescimento mais dinâmico do planeta e ocupa posição estratégica nas cadeias produtivas e comerciais do Indo-Pacífico. O aprofundamento das relações ocorre paralelamente à aproximação brasileira com países específicos da região, como Indonésia, Vietnã, Malásia e Singapura. **Relevância para o CACD:** Excelente oportunidade para revisar a **ASEAN, o regionalismo asiático e a estratégia brasileira de diversificação de parceiros**. O Sudeste Asiático adquiriu importância crescente tanto pela expansão de seus mercados quanto pela sua localização entre China, Índia e os principais corredores marítimos do Indo-Pacífico. O tema também permite estudar o conceito de *ASEAN centrality*, o Tratado de Amizade e Cooperação, a busca dos países do Sudeste Asiático por autonomia estratégica diante da competição China–Estados Unidos e o interesse brasileiro em ampliar sua presença em uma região historicamente menos prioritária da política externa nacional.

27 jul

Lula e Xi Jinping reforçam coordenação Brasil–China e discutem aproximação Mercosul–China. Lula e Xi Jinping conversaram por telefone em meio a um cenário internacional

marcado pelo agravamento das tensões comerciais entre Brasil e Estados Unidos. Xi afirmou que China e Brasil deveriam aprofundar a coordenação estratégica bilateral e multilateral e reiterou o apoio chinês à soberania e à independência brasileiras e à oposição a interferências externas. Os dois governos também discutiram o fortalecimento da cooperação no BRICS e no Sul Global. Segundo relato publicado pela Reuters sobre a agenda brasileira naquele dia, Lula e Xi manifestaram apoio ao avanço das discussões sobre eventual aproximação comercial entre **China e Mercosul. Relevância para o CACD:** A notícia permite trabalhar simultaneamente **relações Brasil-China, autonomia da política externa brasileira, BRICS, Sul Global e diversificação econômica.** A China permanece central à inserção comercial brasileira, e o diálogo sobre Mercosul-China adiciona uma dimensão potencialmente transformadora às relações entre Pequim e a América do Sul. Para o CACD, é importante observar que a aproximação brasileira com a China não implica necessariamente alinhamento automático: a diplomacia brasileira tradicionalmente procura preservar margem de autonomia por meio da diversificação das relações externas. O episódio também evidencia como tensões com uma grande potência podem estimular a busca de novos mercados e instrumentos de cooperação com outras.

27 jul

Brasil e Coreia do Sul aprofundam cooperação em minerais críticos e querem acelerar negociação Mercosul-Coreia. Durante encontro em Brasília, Lula e o presidente sul-coreano Lee Jae Myung concordaram em acelerar as negociações para um acordo comercial entre **Coreia do Sul e Mercosul**, com a criação de um grupo de trabalho destinado a impulsionar as tratativas. Os dois governos também reafirmaram o interesse em aprofundar a cooperação em **minerais críticos**, tema particularmente relevante para a indústria sul-coreana de semicondutores, baterias, veículos elétricos e equipamentos tecnológicos. A agenda deu continuidade à parceria estratégica anunciada durante a visita de Lula a Seul em fevereiro e ocorreu em momento no qual o Brasil procura diversificar parceiros diante das tensões comerciais com os Estados Unidos. **Relevância para o CACD:** Esta é uma das notícias mais importantes do mês para estudar a conexão entre **geopolítica, recursos naturais e cadeias globais de valor.** Minerais críticos tornaram-se tema central da segurança econômica internacional devido à transição energética, à digitalização e à competição tecnológica. O Brasil possui reservas relevantes e procura evitar uma inserção baseada exclusivamente na exportação de matérias-primas, buscando investimentos capazes de gerar beneficiamento, industrialização e agregação de valor doméstico. A Coreia do Sul, por sua vez, é grande potência industrial, mas depende significativamente da importação de insumos estratégicos. O caso permite discutir *friend-shoring*, segurança das cadeias produtivas, minerais críticos, semicondutores e política industrial.

27 – 28 jul

Brasil promulga o Acordo de Livre Comércio Mercosul-Singapura. O presidente Lula assinou o **Decreto nº 13.081, de 27 de julho de 2026**, promulgando o Acordo de Livre Comércio entre

Mercosul e Singapura, assinado no Rio de Janeiro em dezembro de 2023. O Congresso Nacional havia aprovado o tratado pelo Decreto Legislativo nº 147, de 22 de junho, e o Brasil depositara seu instrumento de ratificação em 30 de junho. O acordo passou a produzir efeitos para o Brasil no plano internacional em **1º de agosto de 2026**. O texto abrange comércio de bens e serviços, investimentos, facilitação de comércio, propriedade intelectual, compras governamentais e comércio eletrônico. Para auxiliar empresas na utilização das novas preferências, o MDIC publicou manuais de regras de origem e desgravação tarifária no Portal Siscomex. **Relevância para o CACD:** A promulgação é particularmente importante porque permite articular **Direito Internacional, Economia e Política Internacional**. Em Direito, o candidato pode revisar as etapas de celebração de tratados no ordenamento brasileiro: assinatura, aprovação pelo Congresso, ratificação, depósito do instrumento e promulgação presidencial. Em Economia e PI, o acordo representa avanço da estratégia de abertura extrarregional do Mercosul e amplia sua inserção no Indo-Pacífico. Singapura funciona como importante centro financeiro, tecnológico e logístico do Sudeste Asiático, de modo que o acordo possui significado que ultrapassa o tamanho de seu mercado doméstico. Também é útil revisar regras de origem, desgravação tarifária, comércio eletrônico e acordos de nova geração.

PAÍSES EUROPEUS E UNIÃO EUROPEIA

1 jul

Irlanda assume a Presidência do Conselho da União Europeia. A Irlanda assumiu, em 1º de julho, a Presidência rotativa do Conselho da União Europeia para o segundo semestre de 2026, sucedendo o Chipre. O programa irlandês foi estruturado em torno de três grandes eixos — **competitividade, valores e segurança** — em um momento no qual a UE enfrenta simultaneamente os desafios da guerra na Ucrânia, das tensões transatlânticas, da competitividade econômica frente aos Estados Unidos e à China, das políticas migratórias e da transição climática. A cerimônia de abertura contou com o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky, que aproveitou a ocasião para defender avanços concretos no processo de adesão da Ucrânia ao bloco. **Relevância para o CACD:** Excelente notícia para revisar a **estrutura institucional da União Europeia**, sobretudo a distinção entre Conselho Europeu, Conselho da União Europeia, Comissão Europeia e Parlamento Europeu. A Presidência do Conselho é exercida em sistema rotativo por períodos de seis meses e desempenha papel importante na definição da agenda, na mediação de negociações e na busca de compromissos entre os Estados-membros. A notícia também permite acompanhar dois temas centrais da agenda europeia contemporânea: o **alargamento da UE para o Leste** e a transformação da integração europeia em instrumento de segurança geopolítica diante da Rússia. A candidatura ucraniana evidencia como o enlargement deixou de ser apenas questão de convergência econômica e institucional e passou a integrar a política de segurança do continente.

1 jul

Chanceler alemão afirma que Acordo Mercosul–União Europeia ainda enfrenta obstáculos à ratificação. **Resumo:** O ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Johann Wadephul, afirmou que ainda havia questões a serem solucionadas antes da ratificação definitiva do Acordo Mercosul–União Europeia, embora tenha demonstrado confiança na superação dos obstáculos. O tratado havia sido assinado em janeiro de 2026, após cerca de 25 anos de negociações, e sua aplicação comercial provisória começara quatro meses depois. Entre os pontos politicamente sensíveis permaneciam a proteção aos agricultores europeus, resistências internas de Estados-membros da UE, questões jurídicas relacionadas à ratificação, compromissos ambientais e a distribuição das cotas de exportação no âmbito do Mercosul. **Relevância para o CACD:** Trata-se de notícia essencial para acompanhar a passagem do Acordo Mercosul–UE da fase de **negociação diplomática para a implementação jurídica e política**. É particularmente útil para revisar as dificuldades próprias dos chamados acordos mistos da União Europeia, nos quais diferentes matérias podem exigir participação das instituições europeias e dos Estados-membros. Também permite explorar a economia política do acordo: enquanto setores industriais europeus tendem a favorecer maior acesso aos mercados do Mercosul, segmentos agrícolas permanecem mais resistentes à concorrência sul-americana. Para o Brasil, o acordo deve ser compreendido tanto como instrumento comercial quanto como estratégia de **diversificação de parceiros e fortalecimento do regionalismo inter-regional** em um contexto de crescente fragmentação geoeconômica.

3 jul

Brasil e Alemanha aprofundam cooperação durante visita do chanceler Johann Wadephul. Durante visita oficial ao Brasil, o ministro alemão das Relações Exteriores, Johann Wadephul, reuniu-se com o chanceler Mauro Vieira em Brasília. A viagem inseriu-se em uma estratégia alemã mais ampla de aproximação com a América do Sul, motivada pela busca de diversificação econômica, segurança das cadeias produtivas e fortalecimento de parceiros comprometidos com uma ordem internacional baseada em regras. No encontro, Brasil e Alemanha firmaram uma **Declaração Conjunta de Intenções sobre intercâmbio de diplomatas** entre suas chancelarias. Wadephul também participou de compromissos em São Paulo vinculados às oportunidades econômicas abertas pelo Acordo Mercosul–UE. **Relevância para o CACD:** A visita é especialmente interessante para estudar a **Parceria Estratégica Brasil–Alemanha**, que inclui comércio, investimentos, transição energética, meio ambiente, ciência e tecnologia e cooperação política. O intercâmbio de diplomatas é simbolicamente relevante porque indica institucionalização e confiança na relação bilateral. Em dimensão mais ampla, a viagem demonstra o interesse europeu em reduzir vulnerabilidades decorrentes da excessiva dependência de poucos fornecedores e mercados, conectando a relação com o Brasil a temas como **friend-shoring, minerais críticos, segurança econômica e autonomia**.

estratégica europeia. É um bom exemplo de como temas econômicos e geopolíticos se tornaram crescentemente indissociáveis na política externa europeia.

17 jul

Andy Burnham torna-se líder do Partido Trabalhista e futuro primeiro-ministro do Reino Unido. Andy Burnham foi confirmado em 17 de julho como novo líder do Partido Trabalhista britânico, substituindo Keir Starmer e abrindo caminho para sua posse como primeiro-ministro três dias depois. Burnham, ex-prefeito da Grande Manchester e figura ligada à ala mais intervencionista e descentralizadora do Labour, chegou à liderança prometendo recuperar apoio em regiões que se sentiam economicamente abandonadas, ampliar a descentralização política e conter o crescimento do populista Reform UK. A sucessão ocorreu após deterioração da popularidade do governo Starmer, problemas econômicos e resultados eleitorais adversos para os trabalhistas. A cobertura da Globo/Jornal Hoje confirmou Burnham como futuro premiê em 17 de julho; em 20 de julho, ele foi recebido pelo rei Charles III e tornou-se oficialmente primeiro-ministro. **Relevância para o CACD:** A mudança é importante para acompanhar a **instabilidade política britânica no período pós-Brexit**. Burnham tornou-se o sétimo primeiro-ministro britânico em aproximadamente uma década, fenômeno que contrasta com a histórica percepção de estabilidade do sistema parlamentar do Reino Unido. Para o CACD, vale revisar o funcionamento do parlamentarismo britânico: o primeiro-ministro não precisa ser eleito diretamente pela população e uma substituição de liderança do partido que dispõe da maioria parlamentar pode provocar troca de chefe de governo sem eleição geral imediata. A ascensão de Burnham também permite acompanhar a disputa entre Labour, Conservadores e Reform UK, além do debate sobre descentralização, desigualdades regionais e as futuras relações entre Londres e a União Europeia após o Brexit.

17 jul

França e Alemanha ampliam cooperação em defesa e discutem maior autonomia estratégica europeia. Emmanuel Macron e Friedrich Merz anunciaram o aprofundamento da cooperação franco-alemã em defesa, com iniciativas envolvendo defesa antimísseis, sistemas de ataque de longo alcance, indústria militar e diálogo sobre dissuasão nuclear. Os dois governos buscaram recuperar a cooperação após dificuldades enfrentadas por projetos conjuntos no setor de defesa. Merz afirmou que a parceria entre França e Alemanha se tornara ainda mais importante diante da ameaça russa, da competição econômica chinesa e de uma relação transatlântica que já não poderia ser considerada automaticamente garantida. Os líderes também criticaram desequilíbrios comerciais com a China e defenderam maior capacidade europeia de proteger seus próprios interesses. **Relevância para o CACD:** Esta é uma das notícias mais importantes do mês para estudar o conceito de **autonomia estratégica europeia**. Desde a invasão russa da Ucrânia e, posteriormente, diante das incertezas sobre o compromisso norte-americano com a segurança europeia, intensificou-se o debate

sobre uma capacidade europeia de defesa mais robusta. A notícia também ajuda a revisar o tradicional **“motor franco-alemão” da integração europeia** e as diferenças entre OTAN, Política Comum de Segurança e Defesa da UE e iniciativas bilaterais. Particularmente relevante é a discussão em torno da dissuasão nuclear francesa, já que a França é, após o Brexit, o único Estado-membro da União Europeia dotado de armas nucleares.

23 jul

União Europeia aprova 21º pacote de sanções contra a Rússia. Os Estados-membros da União Europeia aprovaram o 21º pacote de sanções contra a Rússia em resposta à continuidade da guerra contra a Ucrânia. As medidas ampliaram restrições nos setores de energia, serviços financeiros, criptoativos, comércio e complexo militar-industrial russo. O objetivo declarado da UE foi reduzir a capacidade de Moscou de financiar a guerra e dificultar seu acesso a tecnologias, mercados e instrumentos financeiros. O pacote também fortaleceu mecanismos destinados a combater formas de evasão das sanções por meio de empresas, instituições financeiras e operadores localizados em terceiros países. **Relevância para o CACD:** Excelente notícia para revisar as **medidas coercitivas não militares na política internacional**, especialmente sanções econômicas e financeiras. A sucessão de pacotes europeus mostra que as sanções deixaram de ser medidas pontuais e passaram a funcionar como instrumento estrutural da estratégia europeia em relação à Rússia. Para o CACD, interessa compreender seus objetivos — aumentar custos econômicos, restringir capacidades militares e pressionar politicamente —, mas também suas limitações, como evasão por terceiros países, rearranjo das cadeias comerciais e possíveis efeitos sobre preços de energia. O tema permite ainda relacionar a Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia à guerra da Ucrânia e aos debates sobre autonomia estratégica.

23 jul

Banco Central Europeu mantém juros diante da incerteza energética e geopolítica. O Banco Central Europeu decidiu manter inalteradas suas três principais taxas de juros, com a taxa de depósito em 2,25%, a taxa das principais operações de refinanciamento em 2,40% e a facilidade marginal de empréstimo em 2,65%. O BCE justificou a cautela pela elevada incerteza associada aos preços da energia e às consequências inflacionárias dos conflitos no Oriente Médio. A instituição reafirmou a meta de inflação de 2% no médio prazo e informou que continuaria adotando decisões reunião a reunião, segundo a evolução dos dados econômicos e dos mecanismos de transmissão monetária. **Relevância para o CACD:** Embora seja uma notícia predominantemente econômica, é muito útil para compreender a **União Econômica e Monetária Europeia** e a diferença entre União Europeia e zona do euro. Permite revisar independência de bancos centrais, metas de inflação, instrumentos de política monetária e os efeitos de choques de oferta energéticos sobre inflação e atividade econômica. Também ajuda a compreender uma vulnerabilidade estrutural europeia: eventos de segurança ocorridos fora do continente podem produzir rapidamente efeitos sobre preços da energia, inflação, crescimento e política monetária. Para

31 jul

Economia e PI, é um bom exemplo da crescente interdependência entre geopolítica e macroeconomia.

Entrada massiva de migrantes em Ceuta desencadeia crise europeia e tensões no Espaço Schengen. A Espanha enfrentou uma grave crise migratória em Ceuta, enclave espanhol no norte da África, quando dezenas de milhares de pessoas atravessaram a fronteira provenientes do Marrocos em curto intervalo de tempo. Autoridades espanholas classificaram o episódio como violação da integridade territorial do país e iniciaram retornos acelerados ao território marroquino. O episódio rapidamente adquiriu dimensão europeia. A Itália anunciou controles sobre passageiros provenientes da Espanha por vias marítima e aérea, invocando regras que permitem a reintrodução excepcional de controles internos no Espaço Schengen diante de ameaças graves à segurança ou à ordem pública. França e outros países também reforçaram controles ou discutiram medidas semelhantes. **Relevância para o CACD:** A crise é extremamente rica para revisar **migrações internacionais, fronteiras externas da União Europeia e funcionamento do Espaço Schengen**. É importante recordar que Schengen não se confunde integralmente com a UE e que a livre circulação interna depende do fortalecimento das fronteiras externas comuns. Ceuta e Melilla apresentam ainda uma particularidade geopolítica fundamental: são territórios espanhóis situados no continente africano, constituindo fronteiras terrestres entre a União Europeia e a África. O episódio permite relacionar soberania territorial, política migratória europeia, cooperação UE–Marrocos, direito de asilo, securitização das migrações e a tensão permanente entre **solidariedade europeia e responsabilidade dos Estados localizados nas fronteiras externas do bloco**.

PAÍSES DO ORIENTE MÉDIO

1 jul

ONU alerta que expansão das áreas sob controle israelense em Gaza ameaça civis e operações humanitárias. A equipe humanitária das Nações Unidas nos territórios palestinos alertou que a ampliação das áreas sob controle militar israelense na Faixa de Gaza estava aumentando os riscos para a população civil e dificultando as operações de assistência humanitária. Mesmo após o cessar-fogo acordado em outubro de 2025, extensas partes do território continuavam sujeitas à presença e às operações das forças israelenses, em um contexto de deslocamentos populacionais, destruição de infraestrutura e dificuldades de acesso a alimentos e serviços essenciais. A ONU voltou a enfatizar a obrigação das partes de proteger civis e assegurar o acesso humanitário, apontando para a persistência de uma situação de emergência apesar dos esforços diplomáticos para estabilizar o enclave. **Relevância para o CACD:** A notícia é particularmente útil para revisar **Direito Internacional Humanitário**, proteção da população civil em conflitos armados, acesso humanitário e responsabilidades de potências ocupantes. Em Política Internacional, permite acompanhar a evolução do conflito Israel-Palestina para além da assinatura formal de cessar-fogos,

ressaltando a diferença entre acordos diplomáticos e sua implementação no terreno. Também dialoga diretamente com a atuação das Nações Unidas, com a questão palestina e com a tradicional defesa brasileira de uma **solução de dois Estados**, baseada nas fronteiras de 1967 e na criação de um Estado palestino viável.

10 jul

Estados Unidos condicionam acordo com o Irã à segurança da navegação no Estreito de Hormuz e à questão nuclear. Os Estados Unidos exigiram que o Irã assumisse publicamente o compromisso de interromper ataques contra embarcações no Estreito de Hormuz e de garantir a livre passagem pelo estratégico corredor marítimo, sem cobrança de tarifas. As exigências ocorreram depois de ataques contra petroleiros sauditas e cataris, seguidos por novas ações militares norte-americanas e retaliações iranianas contra instalações dos Estados Unidos no Golfo. Paralelamente, Washington condicionou um acordo mais abrangente à entrega ou neutralização de mais de 900 libras de urânio altamente enriquecido que, segundo autoridades norte-americanas, permaneciam sob controle iraniano. O chanceler iraniano Abbas Araqchi preparava-se, naquele momento, para manter negociações em Omã. **Relevância para o CACD:** É uma notícia central para compreender a interseção entre **segurança internacional, não proliferação nuclear e segurança energética**. O Estreito de Hormuz constitui um dos principais *chokepoints* da economia internacional, por onde tradicionalmente circula parcela expressiva das exportações mundiais de petróleo. Para o CACD, a notícia permite revisar o programa nuclear iraniano, as relações Irã-EUA, o papel mediador de Omã, a geopolítica do Golfo e os efeitos de conflitos regionais sobre preços internacionais de energia, inflação e comércio mundial. Também permite discutir coerção econômica e militar, sanções e diplomacia nuclear.

18 jul

ONU e Organização para a Cooperação Islâmica realizam conferência sobre Jerusalém. A Organização das Nações Unidas e a Organização para a Cooperação Islâmica promoveram, no Cairo, a Conferência de 2026 sobre a Questão de Jerusalém. Sob o tema **“Jerusalém: a linha de frente do deslocamento e da anexação e a chave para uma paz justa e duradoura”**, o encontro tratou da expansão dos assentamentos israelenses, dos deslocamentos de palestinos, da preservação do status jurídico e histórico dos lugares sagrados e da situação de Jerusalém Oriental. Representantes palestinos, especialistas e organismos internacionais reafirmaram que o futuro da cidade permanece elemento central de qualquer solução política duradoura para o conflito. **Relevância para o CACD:** Excelente oportunidade para revisar o **estatuto de Jerusalém**, a Guerra dos Seis Dias de 1967, a anexação israelense de Jerusalém Oriental, a questão dos assentamentos e a solução de dois Estados. Também permite trabalhar a atuação da Organização para a Cooperação Islâmica e

da ONU na questão palestina. Para a política externa brasileira, é importante recordar que o Brasil reconheceu o Estado da Palestina em 2010 e sustenta a solução de dois Estados, com Jerusalém Oriental como capital palestina.

20 jul

Hamas escolhe Khalil al-Hayya como novo líder geral. O Hamas anunciou Khalil al-Hayya como seu novo líder geral, encerrando o período de direção colegiada que se seguiu à morte de Yahya Sinwar, em outubro de 2024. Hayya, um dos principais negociadores do movimento e integrante de sua liderança no exílio, havia adquirido crescente importância após as mortes de Sinwar e Ismail Haniyeh. Sua escolha foi interpretada por analistas como indício de continuidade da linha de resistência armada e de oposição ao desarmamento exigido por Israel e pelos Estados Unidos. A decisão também preservava a proximidade histórica do Hamas com o Irã e com atores do chamado “Eixo da Resistência”. **Relevância para o CACD:** A mudança de liderança é importante porque afeta diretamente as perspectivas das negociações sobre Gaza. Para o candidato, interessa compreender a estrutura política do Hamas, sua relação com o Irã, a rivalidade com a Autoridade Palestina e o papel de mediadores como **Catar, Egito e Turquia**. A notícia também evidencia um problema recorrente nas negociações de paz: a relação entre desarmamento de atores não estatais, retirada militar israelense, governança palestina e reconstrução de Gaza.

21 jul

Presidente do Líbano busca apoio de Trump para desarmar o Hezbollah e retirar forças israelenses. O presidente libanês Joseph Aoun reuniu-se com Donald Trump na Casa Branca para discutir a implementação de um acordo patrocinado pelos Estados Unidos que previa o desarmamento do Hezbollah, a ampliação da autoridade do Exército libanês sobre o sul do país e uma retirada progressiva das forças israelenses. Foi a primeira visita de um presidente libanês à Casa Branca em quase vinte anos. Aoun apresentou uma proposta para o desmantelamento do arsenal do Hezbollah e argumentou que Washington possuía capacidade singular para pressionar Israel a retirar suas tropas. O Hezbollah, entretanto, continuava rejeitando tanto o desarmamento quanto negociações diretas entre Beirute e Israel. **Relevância para o CACD:** O episódio permite revisar a complexa estrutura política do Líbano, o papel político-militar do **Hezbollah**, a influência iraniana e as relações Israel-Líbano. É especialmente útil para analisar o princípio do **monopólio estatal do uso legítimo da força**, a soberania territorial e as dificuldades de Estados nos quais atores armados não estatais mantêm capacidades militares autônomas. Também se relaciona à Resolução 1701 do Conselho de Segurança da ONU e à atuação da UNIFIL.

21 jul

Houthis anunciam bloqueio marítimo contra a Arábia Saudita e ameaçam navios ligados a portos sauditas. O movimento Houthi, que controla grande parte do norte do Iêmen, declarou um bloqueio naval contra a Arábia Saudita e enviou avisos

a empresas de navegação afirmando que embarcações que carregassem ou descarregassem mercadorias em portos sauditas poderiam ser alvo de ataques. A ameaça provocou mudanças de rota de petroleiros no Mar Vermelho e ampliou os riscos para o tráfego pelo estreito de Bab el-Mandeb. A medida marcou forte deterioração da trégua informal entre os Houthis e a Arábia Saudita e passou a conectar ainda mais a guerra civil iemenita à confrontação regional envolvendo Irã e Estados Unidos. **Relevância para o CACD:** Tema muito relevante para relacionar **geopolítica, comércio internacional e energia**. Bab el-Mandeb conecta o Mar Vermelho ao Golfo de Áden e constitui passagem essencial para as rotas que utilizam o Canal de Suez. Somado às tensões em Hormuz, o bloqueio demonstrava como dois gargalos marítimos podiam simultaneamente ameaçar cadeias de suprimentos e fluxos energéticos. Para Política Internacional, cabe revisar os Houthis, a guerra do Iêmen, a rivalidade Arábia Saudita-Irã e o fenômeno dos *proxy conflicts*.

21 jul

Itamaraty reforça alerta a brasileiros diante da escalada no Oriente Médio. Em resposta à deterioração do quadro regional, o Ministério das Relações Exteriores reforçou as recomendações consulares para brasileiros. O Itamaraty passou a recomendar que não fossem realizadas viagens ao **Irã, Israel, sul do Líbano, Faixa de Gaza e Iêmen** e aconselhou evitar deslocamentos não essenciais para Cisjordânia, Síria, Iraque, Líbano, Jordânia, Catar, Kuwait, Emirados Árabes Unidos, Bahrein e Arábia Saudita. Brasileiros que permanecessem nesses países foram orientados a acompanhar os canais oficiais das representações diplomáticas e seguir as determinações das autoridades locais. **Relevância para o CACD:** Além do conteúdo regional, a notícia é útil para lembrar uma dimensão prática da atividade diplomática: a **assistência consular e a proteção de nacionais no exterior**. O candidato pode relacioná-la a evacuações, repatriações, atuação de embaixadas em situações de crise e limitações jurídicas da proteção diplomática. Politicamente, a amplitude geográfica do alerta demonstra como as tensões haviam deixado de ser conflitos isolados — Gaza, Irã ou Iêmen — e adquirido dimensão regional.

23 jul

Irã teria enviado comandantes da Guarda Revolucionária e equipamentos militares aos Houthis. Fontes ouvidas pela Reuters afirmaram que o Irã transportou para o Iêmen integrantes da Guarda Revolucionária Islâmica, assessores militares e componentes relacionados a mísseis e drones. O voo teria ocorrido em 13 de julho e incluído entre dez e 21 membros da Guarda Revolucionária. Segundo as fontes, os militares iranianos teriam como missão auxiliar as operações dos Houthis e fornecer treinamento em novos sistemas de mísseis. Teerã e representantes houthis negaram que o transporte tivesse finalidade militar. A movimentação ocorreu poucos dias antes do anúncio do bloqueio houthi contra a Arábia Saudita. **Relevância para o CACD:** A notícia ajuda a compreender a lógica do chamado **Eixo da Resistência**, composto por organizações e governos associados

	em diferentes graus ao Irã. Permite trabalhar guerra por procuração, proliferação de drones e mísseis, segurança marítima e os limites entre apoio estatal e autonomia de atores não estatais. É também um bom ponto de partida para revisar como o enfraquecimento de alguns aliados iranianos, especialmente na Síria e no Líbano, alterou a importância estratégica dos Houthis.
25 jul	<i>António Guterres realiza primeira visita de um secretário-geral da ONU à Síria desde 2009.</i> António Guterres chegou a Damasco para a primeira visita de um secretário-geral das Nações Unidas à Síria em 17 anos. Recebido pelo presidente Ahmed al-Sharaa, Guterres prometeu apoio internacional à reconstrução do país e defendeu uma transição política inclusiva, proteção das minorias e responsabilização por episódios de violência sectária. A visita simbolizou o processo de reinserção internacional da Síria após a queda de Bashar al-Assad, no final de 2024. A nova liderança síria vinha buscando normalizar relações com países ocidentais, enquanto Estados Unidos e União Europeia flexibilizavam progressivamente parte das sanções impostas ao país. Relevância para o CACD: É uma das notícias mais importantes do mês para acompanhar a Síria pós-Assad. Permite revisar a guerra civil iniciada em 2011, intervenção de potências externas, sanções, reconstrução pós-conflito, retorno de refugiados e relações entre a ONU e regimes de transição. A trajetória de Ahmed al-Sharaa — antigo dirigente de uma organização vinculada à Al-Qaeda que se tornou chefe de Estado — também oferece excelente estudo de caso sobre reconhecimento, legitimidade internacional e pragmatismo diplomático.
26 jul	<i>Síria anuncia busca de acordo de segurança com Israel.</i> O presidente sírio Ahmed al-Sharaa afirmou que seu governo buscava chegar a um acordo de segurança com Israel que pudesse abrir caminho, no futuro, para uma paz mais abrangente. Damasco, entretanto, declarou não abrir mão de sua reivindicação sobre as Colinas de Golã, ocupadas por Israel desde a Guerra dos Seis Dias, em 1967, e anexadas unilateralmente em 1981. As declarações ocorreram enquanto tropas israelenses permaneciam em áreas adicionais do território sírio ocupadas após a queda de Assad. No mesmo momento, António Guterres denunciou violações israelenses do Acordo de Separação de Forças de 1974. Relevância para o CACD: A notícia permite trabalhar simultaneamente a Guerra dos Seis Dias, Golã, o princípio da inadmissibilidade da aquisição de território pela força, o Acordo de Separação de Forças de 1974 e a atual reconfiguração regional. Uma eventual aproximação Israel-Síria representaria transformação histórica das relações do Oriente Médio e afetaria diretamente o Irã e o Hezbollah, que durante décadas utilizaram o território sírio como eixo logístico e político.
28 jul	<i>Brasil condena violência de colonos israelenses na Cisjordânia e expansão dos assentamentos.</i> O governo brasileiro condenou, em termos particularmente firmes, novos

ataques de colonos israelenses contra civis palestinos na Cisjordânia ocupada e criticou declarações de autoridades israelenses favoráveis à ampliação de assentamentos. O Itamaraty recordou o entendimento da Corte Internacional de Justiça sobre a ilegalidade da ocupação e reafirmou a posição brasileira contrária à expansão de assentamentos nos territórios palestinos. A manifestação ocorreu após novos confrontos, mortes e incêndios em propriedades e locais religiosos palestinos na Cisjordânia.

Relevância para o CACD: Esta é uma das notícias **mais diretamente relevantes para política externa brasileira** no mês. Permite revisar a posição do Brasil sobre Palestina e Israel, a solução de dois Estados e as fronteiras de 1967. Em Direito Internacional, conecta-se à opinião consultiva da **Corte Internacional de Justiça sobre a ocupação israelense**, à IV Convenção de Genebra e ao debate jurídico em torno dos assentamentos. Também é importante para acompanhar o progressivo tensionamento político das relações Brasil-Israel nos últimos anos.

31 jul

Trump anuncia avanço em plano para desarmamento do Hamas e retirada israelense, mas persistem divergências fundamentais. Donald Trump anunciou o que classificou como avanço decisivo na implementação do plano destinado a encerrar definitivamente a guerra de Gaza. O roteiro previa desarmamento das facções palestinas, armazenamento das armas sob responsabilidade do Comitê Nacional para a Administração de Gaza e retirada progressiva das forças israelenses. Apesar do anúncio, as divergências continuavam profundas. Israel condicionava qualquer retirada a um desarmamento prévio e efetivo do Hamas; o movimento palestino exigia que Israel interrompesse os ataques, retirasse suas tropas e ampliasse a ajuda humanitária antes de entregar suas armas.

Relevância para o CACD: A notícia sintetiza um dos principais obstáculos dos processos de paz contemporâneos: o **problema do sequenciamento**. Mesmo quando existe concordância abstrata sobre objetivos finais, cada ator busca evitar assumir compromissos irreversíveis sem garantias de reciprocidade. É excelente para estudar negociação internacional, dilema de segurança, mecanismos de verificação, desarmamento de atores não estatais e reconstrução pós-conflito. Também merece atenção o papel crescente de **Estados Unidos, Egito, Catar e Turquia** como mediadores.

